

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Eunice Aparecida Sampaio de Oliveira

**Apontamentos sobre a Educação Quilombola no Quilombo São José da Serra em
Valença – RJ**

Juiz de Fora

2021

Eunice Aparecida Sampaio de Oliveira

**Apontamentos sobre a Educação Quilombola no Quilombo São José da Serra em
Valença – RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação. Área de concentração: “Discurso, Práticas, Ideias e Subjetividades em Processos Educativos”.

Orientador: Prof. Dr. Julvan Moreira de Oliveira.

Juiz de Fora

2021

Oliveira, Eunice Aparecida Sampaio de.
Apontamentos sobre a Educação Quilombola no Quilombo São José da Serra em Valença – RJ / Eunice Aparecida Sampaio de Oliveira. -- 2021.
96 p.

Orientador: Julvan Moreira de Oliveira
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

1. Quilombo. 2. Educação quilombola. 3. Educação escolar quilombola. 4. Comunidade São José da Serra. I. Oliveira, Julvan Moreira de, orient. II. Título.

Eunice Aparecida Sampaio de Oliveira

**Apontamentos sobre a Educação Quilombola no Quilombo São José da Serra em
Valença – RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre/a em Educação. Área de concentração: “Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas”.

Aprovada em 29 de julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Julvan Moreira de Oliveira – Orientador/a
Universidade Federal de Juiz de Fora



Profa. Dra. Mylene Cristina Santiago
Universidade Federal de Juiz de Fora



Profa. Dra. Kelly da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais

Dedico este trabalho a minha professora Aldjane Prata que foi a minha primeira incentivadora na busca por uma educação antirracista e inclusiva. Obrigada professora, pelos seus ensinamentos e resistência diária que exerce em sua docência.

AGRADECIMENTOS

O símbolo adinkra, *Sankofa*, significa que, para seguirmos em frente, é preciso não se esquecer de onde viermos. Dessa forma, agradeço primeiramente aos meus ancestrais que me deram forças para chegar até aqui; a Deus, que nunca me desamparou e, aos meus orixás que me guiaram.

Agradeço meus pais, minhas irmãs e demais familiares, em especial minha prima Lidiane que sempre me auxiliou. Agradeço ao meu marido Wallace, que sempre acreditou em mim e ao meu filho Nicolas que sempre entendeu quando eu dizia que não podia brincar naquela hora.

Agradeço aos amigos Kátia e Lenilson, que sempre me apoiaram e me auxiliaram com as revisões e formatações. E por fim, agradeço a minha filha Elizabeth, que esperou a mãe dela defender o mestrado para depois nascer.

Agradeço aos amigos Flávia e José Artur, pelo carinho e inspiração que sempre exerceram em mim, por me apoiarem e incentivarem nesta jornada.

Agradeço ao meu professor orientador Dr. Julvan, que me auxiliou e levou até onde achei que não poderia chegar.

Agradeço a todos os professores que me orientaram até aqui, em especial a professora Aldjane Prata, minha criadora como gosto de dizer, que foi a fonte inspiradora para que eu pudesse chegar neste momento.

E agradeço a mim, por não ter desistido e alcançado o sonho de me tornar mestra.

A todas e todos que, junto a mim, lutam por uma educação verdadeiramente antirracista e emancipatória.

Obrigada e Axé!!!

Então o próprio quilombo, o próprio quilombola, ele é educado desde o berço aprender a respeitar os elementos da natureza, porque no momento que você respeita isso, você tem onde buscar força quando você precisar. Nós temos uma mata aqui, o nome dela é mata da Mariana. No passado ali era o cemitério dos escravos, então hoje a nossa mata está ali. O respeito ao nosso Sagrado está ali. Temos uma pedreira enorme aqui do nosso lado, que a gente da umbanda né, pedreira é de pai Xangô, então por esse motivo a gente respeita ela. Acima de tudo temos várias minas aqui, a gente fala que é de Iemanjá. [...] O marco nosso aqui, se você falar de respeito desse lugar, é o Jequitibá né. [...] A gente olha ela, a gente vê ela como uma fonte onde a gente busca energia (ESTEVÃO, Luciane, 2021. Ativista quilombola).

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado busca compreender o processo educacional dentro da comunidade quilombola de São José da Serra, localizada no Município de Valença, região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo primordial é realizar um apontamento sobre a Educação Quilombola na referida comunidade, buscando analisar a dinâmica da relação da educação quilombola com a educação escolar quilombola. Para tanto, adota-se como objetivo específico compreender se existe uma pedagogia própria na instituição escolar que garanta o respeito as especificidades da comunidade quilombola São José da Serra e, valorize os saberes dos quilombolas, dialogando juntamente com os saberes escolares. O caminho percorrido para esses fins iniciou-se com uma revisão de literatura, que foi a base para estruturar as categorias propostas: quilombo, educação quilombola e educação escolar quilombola. Posteriormente, foi realizado entrevista virtual com os membros da comunidade quilombola: duas professoras da comunidade escolar e duas pessoas da comunidade, sendo esses, o líder e uma ativista. O instrumento para coleta de dados foram 12 questões norteadoras da entrevista virtual, que foi realizada de modo individual e mediada através dos *Softwares Google Meet e Zoom*. Os dados oriundos dos resultados foram correlacionados com base tanto na comparação e associação dos discursos dos envolvidos, quanto utilizando-se as categorias levantadas para subsidiar a interpretação. A discussão foi estabelecida à luz do respaldo da legislação atual e da revisão de literatura efetuada. A pesquisa tem o perfil de um estudo de caso fundamentado previamente por uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa, natureza aplicada, e o objetivo de cunho exploratório. Os resultados apontam que há alguns pontos convergentes nas entrevistas, todavia, a maioria das respostas não se relacionam, sugerindo uma desarmonia entre a atuação docente com os propósitos da educação escolar quilombola. Conclui-se que, na comunidade de São José da Serra, a educação quilombola e a educação escolar quilombola coexistem de modo longínquo, não estabelecendo dinâmica entre si. Enfatiza-se, neste aspecto, que a escola não deveria estar a parte da comunidade, mas sim dentro da comunidade, abrangendo as particularidades de toda cultura quilombola. É evidente a ausência de políticas públicas mais efetivas que promovam qualificação profissional e, realize inspeções institucionais nas comunidades escolares quilombolas para supervisionar se a prática da educação escolar quilombola está assegurando o respeito pela cultura e inclusão de saberes próprios da comunidade.

Palavras-chave: Quilombo. Educação quilombola. Educação escolar quilombola.

ABSTRACT

The present master's research seeks to understand the educational process within the quilombola community of São José da Serra, located in the municipality of Valença, Sul Fluminense region of the State of Rio de Janeiro. The primary objective is to make a note about Quilombola Education in the mentioned community, seeking to analyze the dynamics of the relationship between quilombola education and quilombola school education. Therefore, the specific objective is to understand if there is a pedagogy in the school institution that guarantees respect for the specificities of the quilombola community São José da Serra, and values the knowledge of the quilombolas, dialoguing together with school knowledge. The path taken to these ends began with a literature review, which was the basis for structuring the proposed categories: quilombo, quilombola education and quilombola school education. Subsequently, a virtual interview was conducted with members of the quilombola community: two teachers from the school community and two people from the community, being the leader and an activist. The instrument for data collection was 12 guiding questions for the virtual interview, which was done individually and mediated through Google Meet and Zoom software. The data from the results were correlated based on the comparison and association of the speeches of those involved, and using the categories raised to support the interpretation. The discussion was established in the light of the current legislation and the literature review developed. The research has the profile of a case study previously substantiated by a literature review, with a qualitative approach, applied nature, and the objective of an exploratory nature. The results indicate that there are some convergent points in the interviews, but, most of the answers do not relate, suggesting a disharmony between the teaching performance and the purposes of quilombola school education. The conclusion is that, in the São José da Serra community, quilombola education and quilombola school education coexist far apart, not establishing dynamics between them. It is emphasized, in this aspect, that the school should not be apart from the community, but within the community, covering the particularities of the whole quilombola culture. It is evident that there is an absence of more effective public policies that promote professional qualification, and carry out institutional inspections in quilombola school communities to supervise if the quilombola school education practice is assuring respect for the culture and inclusion of the community's own knowledge.

Keywords: Quilombo. Quilombola education. Quilombola school education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Síntese das etapas do estudo	16
Gráfico 1 – Temáticas discutidas nas publicações da ABPN	24
Figura 02 – Mapa do Município de Valença no Estado do Rio de Janeiro	55
Figura 03 – Localização do Quilombo São José	58
Figura 04 – Memorial da comunidade	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Questões norteadoras das entrevistas	19
Tabela 2 – Dissertações e teses – Período de 2015 a 2019- CAPES	22
Tabela 3 – Quantitativo de dissertações e teses – CAPES	22
Tabela 4 – Quantitativo de publicações – ANPED – GT21	23
Tabela 5 – Quantitativo de publicações – ABPN	24
Tabela 6 – Incidência de autores nas obras pesquisadas	26
Tabela 7 – Síntese das entrevistas	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OS CAMINHOS PERCORRIDOS	13
1.1.1	Delineamento do estudo	15
1.1.2	Etapas metodológicas	16
2	ESTUDOS SOBRE QUILOMBO, EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	21
2.1	QUILOMBO	27
2.2	ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	44
2.3	ESTUDOS SOBRE O QUILOMBO SÃO JOSÉ DA SERRA E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO QUILOMBO SÃO JOSÉ DA SERRA	54
3	ANÁLISES DAS ENTREVISTAS	66
3.1	DO DIREITO AO TERRITÓRIO E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	69
3.2	AS LIDERANÇAS, O SAGRADO E A CULTURA	74
3.3	A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM SÃO JOSÉ DA SERRA	78
4	CONCLUSÃO	86
	REFERÊNCIAS	88
	APÊNDICE A – Termo de consentimento.....	96

1 INTRODUÇÃO

Nasci em Valença, município brasileiro localizado no sul do estado do Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1986. Filha mais velha de quatro irmãs, fui criada pela minha mãe Vanda, uma manicure, e meu pai José Roberto, funcionário de um supermercado na minha cidade. Estudei a pré-escola e o ensino fundamental na Escola Almirante Rodrigues Silva e o ensino médio no Colégio Estadual Theodorico Fonseca.

Iniciei a minha graduação como aluna do Programa Universidade para Todos (Prouni) no curso de Pedagogia, na Fundação Dom André Arcoverde (FAA) - Centro de Ensino Superior de Valença. Na época, a matriz do curso estava em modificação e o curso passaria de três para quatro anos de duração. Assim, a minha turma foi a última que teve duração de três anos no curso, permaneci na faculdade entre os anos de 2006 e 2008.

Em 2009, iniciei uma pós-graduação em Pedagogia Empresarial na Universidade Estácio de Sá em Juiz de Fora (MG), onde pude ter acesso a professores que tinham experiência em trabalhos com a cultura afro-brasileira. Concluí a especialização em outubro de 2010. Minha intenção, nesse momento, era tentar me preparar para um mestrado, porém, por motivos pessoais, não foi possível naquele momento. Assim, me dediquei ao trabalho como Analista de Relacionamento, na Unimed Marquês de Valença, e como professora na empresa Capacita Humanas, em cursos preparatórios para pedagogos e professores que queriam realizar concurso público.

Devido aos anos sem estudar, resolvi fazer um novo curso de especialização, para que eu pudesse me preparar para um futuro mestrado. Dessa forma, no ano de 2015, iniciei os estudos relacionados às relações étnico-raciais no curso de pós-graduação em Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino, no CEFET-RJ, *campus* Valença. Naquela oportunidade, realizei algumas visitas à comunidade remanescente do Quilombo São José da Serra, pois dentre os projetos de extensão que o CEFET possuía, um deles era intitulado “Quilombo São José da Serra: valorização da cultura e memória afro-brasileira em Valença (RJ)”¹, com o objetivo de fortalecer a identidade, cultura e memória afro-brasileira em Valença, o projeto tinha como perspectiva compartilhar saberes e viabilizar a ampliação dos conhecimentos a partir de encontros semanais, principalmente, com as crianças e os jovens quilombolas e a partir da presença dos quilombolas no *campus*. Assim, aos poucos, o

¹ O projeto era coordenado pela professora Ma. Letícia Bezerra de Lima e pela professora Ma. Bárbara Romeika Rodrigues Marques.

meu interesse em pesquisar a comunidade foi se intensificando. Como pedagoga, queria entender o funcionamento da educação quilombola na comunidade de São José da Serra.

Em 2017, terminei a especialização no CEFET e fui contratada em um processo seletivo da Secretaria de Assistência Social de Valença, para exercer a função de Coordenadora do Núcleo de Assistência Social localizado em Santa Isabel do Rio Preto (distrito de Valença); a comunidade de São José da Serra pertencia ao território desse CRAS. Como no período estávamos sem assistente social, precisei muitas vezes acompanhar a psicóloga em suas visitas à comunidade, pois todas as visitas devem ser realizadas por duas técnicas. Nessas visitas à comunidade quilombola, tínhamos como funções: cadastro CadÚnico, encaminhamentos para as técnicas de referência – psicóloga e assistente social – e acompanhamento de frequência escolar. Durante algumas visitas para tratar desses assuntos, aproveitei para realizar conversas informais com membros da comunidade. Tive acesso a alguns locais específicos, como o centro de umbanda, a capela, o Jequitibá, as plantações e a escola que vieram a contribuir para a organização do meu projeto de pesquisa, pois me proporcionou um conhecimento um pouco melhor sobre a comunidade.

Assim, pude reconhecer a importância de um ensino baseado em contextos que pudessem valorizar a construção da cultura local, reconhecendo os saberes acumulados pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, o que despertou em mim, enquanto educadora, o desejo de compreender como acontece a educação quilombola dentro da comunidade e, conseqüentemente, como ocorre a educação escolar dentro da mesma comunidade.

Por esse motivo, no ano de 2018, me inscrevi no mestrado em educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, com o pré-projeto “Apontamentos sobre a cultura e a Educação Quilombola no Quilombo São José da Serra em Valença – RJ”. Sendo aprovada pelo programa, as aulas tiveram início em março de 2019.

No mestrado, participo do grupo de estudo que contribui para o aprofundamento sobre a temática. O grupo denomina-se “ANIME – Africanidades, Imaginário e Educação” e situa-se na consolidação de uma hermenêutica simbólica de cunho antropológico e filosófico na reflexão educativa, se constituindo uma experiência altamente pedagógica para a compreensão do fenômeno humano. Esse grupo objetivou a refletir e a pesquisar a educação em interface com os estudos africanos desenvolvidos em África e na Diáspora e que tenham implicações para as políticas implementadas no âmbito da diversidade étnico-racial, procurando fortalecer os direitos da população negra e as ações educativas no combate ao

racismo e as discriminações, considerando a questão da identidade, da oralidade e da ancestralidade, visando compreender as africanidades presentes na cultura brasileira.

1.1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS

Buscamos nessa pesquisa compreender o processo educacional dentro da comunidade quilombola de São José da Serra, assim, o objetivo deste trabalho é pensar essa educação quilombola, buscando analisar a dinâmica que existe entre a relação da educação quilombola com a educação escolar da escola da comunidade de São José da Serra.

Compreendemos a educação quilombola como o compartilhamento de conhecimentos, saberes, vivências, que se dão a partir das memórias da comunidade, ou seja, ensinamentos que são perpassados a todos da comunidade, principalmente dos mais velhos para os mais novos. São saberes, vivências e memórias que revelam os modos de viver do grupo, o que fortalece a identidade dessa comunidade.

Em contrapartida, temos uma educação escolar quilombola que é pautada pela legislação brasileira e que são desenvolvidas em unidades escolares específicas. Pensar nessa educação escolar é pensar, justamente, se essa educação está valorizando os saberes dessa comunidade.

Como pedagoga, busco, assim, como objetivo específico, compreender se existe uma pedagogia própria que garanta o respeito às especificidades de cada comunidade, no caso dessa pesquisa, na comunidade de São José da Serra. Portanto, buscar compreender essa dinâmica, e entender se a instituição escolar tem valorizado os saberes dos quilombolas, dialogando juntamente com os saberes escolares.

Convém destacar aqui que há uma distinção entre “educação quilombola” e “educação escolar quilombola”. Quando nos referimos à educação quilombola, estamos falando dos processos educativos próprios de cada comunidade quilombola, ou seja, das estratégias utilizadas para a socialização das crianças dentro da cultura específica local. Já a educação escolar quilombola, diz respeito a um currículo que traga em si os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, porém fazendo a conexão com os conhecimentos, experiências e vivências de cada comunidade quilombola, conforme diz o trecho das Diretrizes (SOUZA, 2017, p. 10).

A justificativa para esta pesquisa se deu a partir do levantamento e das leituras dos trabalhos que tratavam especificamente da educação quilombola dentro do quilombo São José da Serra. Com esse levantamento, pude observar que alguns trabalhos citavam diversos

pontos dentro da comunidade, mas que todos perpassavam pela seguinte situação, que era a falta de um Projeto Político Pedagógico específico para a educação da comunidade, a própria capacitação continuada dos professores e a valorização da cultura da comunidade pela escola.

Entretanto, nenhum deles chegou a abordar a dinâmica da relação da educação quilombola com a educação escolar quilombola. Assim, ainda não foi um assunto abordado em outras pesquisas, o que justifica pensar nessa questão para compreender a educação dentro da comunidade de São José da Serra.

Diante disso, iniciamos um levantamento bibliográfico e que foi realizado através de levantamento de teses, dissertações e artigos acadêmicos oriundos de base de dados que expressam confiabilidade científico acadêmica.

Esse levantamento bibliográfico oportunizou observar que as todas as pesquisas vinham demonstrando que as tradições quilombolas e os processos de reconhecimento de seus territórios estão permanentemente em constituição, muitas vezes ligadas a conflitos oriundos da luta pela manutenção do território, como na constituição da sua própria identidade que está ligada ao reconhecimento desse território e efetivação de seus direitos.

Observamos, ainda, que as lutas e resistência das comunidades remanescentes quilombolas é uma característica individual e coletiva, essa resistência contribui no combate das desigualdades oriundas da falta de políticas públicas e no fortalecimento dos movimentos sociais que discutem a importância dessas comunidades na constituição da sociedade brasileira, através de suas manifestações culturais, crenças e costumes.

Compreendemos, portanto, que as comunidades remanescentes quilombolas são um espaço de prática e resistência, um conjunto de saberes ancestrais, um local de tradição africana, que resiste ao tempo, a política e luta pelo seu reconhecimento, pelo seu território e pela sua identidade.

No âmbito desse levantamento, no que se trata da educação quilombola em si, verificamos, a partir das pesquisas, que ocorre nesse campo da política uma ruptura com uma pedagogia tradicional. Quando ocorreu a regulamentação da educação quilombola, tivemos uma ruptura no modelo pedagógico praticado nas escolas, que antes não reconhecia a diversidade e a igualdade, dessa forma começa-se a valorização da história das comunidades e a busca pela superação do racismo, o reconhecimento dessas comunidades e das suas especificidades.

Assim, essas pesquisas apontam que a prática educativa precisa se apropriar dessas heranças culturais, das festas, narrativas, memórias dessas comunidades para que a escola possa utilizar os saberes locais mediando sua prática escolar. De uma maneira geral, essas

pesquisas concluem que uma instituição escolar dentro de uma comunidade quilombola precisa ser uma instituição que preserve a cultura dessas comunidades, dando visibilidade as relações dos seus sujeitos com a sua própria cultura, fortalecendo assim a identidade daquele grupo dentro da sociedade.

A intenção inicial era realizar uma pesquisa de campo para observar, coletar e analisar a dinâmica existente entre a educação quilombola e a educação escolar quilombola no Quilombo São José da Serra, porém, diante do contexto de pandemia do novo Coronavírus, tendo o seu primeiro caso confirmado em 26 de fevereiro de 2020², ficamos impossibilitados de seguir por tal caminho. Logo, foi preciso repensar toda a parte metodológica da pesquisa.

Sendo assim, decidimos por desenvolver dentro do capítulo do referencial teórico e metodológico, um levantamento das categorias quilombo, educação quilombola e educação escolar quilombola, que serviu de subsídio tanto para direcionar as entrevistas com os membros da comunidade do Quilombo São José da Serra em Valença – RJ, quanto para nortear a análise e discussão dos dados oriundos do presente estudo. Todo esse delineamento do estudo está descrito detalhadamente no subtópico a seguir.

1.1.1 Delineamento do estudo

A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso fundamentado previamente por uma revisão de literatura. O estudo de caso, segundo Silva (2015) visa antes de tudo, responder a questionamentos que o pesquisador não tem muito controle, buscando compreender fenômenos relacionados a indivíduos, grupos ou processos organizacionais. Por sua vez, a revisão de literatura, conforme Minusi (2018), proporciona um olhar panorâmico da produção acadêmica acerca de determinado campo de conhecimento, oportunizando diálogo entre esses estudos, fatores que contribuem para a valorização da pesquisa que está sendo feita (SILVA, 2015; MINUSI, 2018).

Destarte, o estudo de caso pautado em uma consistente revisão de literatura, torna-se evidenciado pois se estabelece um forte recorte temático que serve para definir de modo eficaz o que se busca mapear, “possibilitando aos/às pesquisadores/as ou fazerem análises aprofundadas, ou realizarem um panorama amplo sobre determinados temas” (SILVA; CARVALHO, 2014).

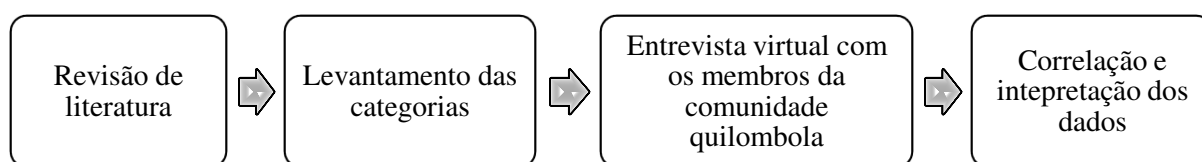
² Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>

Dessa forma, a abordagem utilizada é qualitativa, a natureza do estudo é aplicada, e o objetivo é de cunho exploratório, onde se busca a compreensão de como ocorre a dinâmica da relação da educação quilombola com a educação escolar quilombola no Quilombo São José da Serra em Valença – RJ.

1.1.2 Etapas metodológicas

Quatro etapas principais estruturam o presente estudo, que abrange desde o levantamento bibliográfico realizado até o tratamento e análise dos dados oriundos da pesquisa. A síntese dessas etapas está condensada na figura 1 e explicada em seguida.

Figura 01 – Síntese das etapas do estudo



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

a) Primeira etapa: revisão de literatura

Consistiu na pesquisa e levantamento bibliográfico dos estudos acerca da temática, tanto os trabalhos que tratavam especificamente da educação quilombola dentro do quilombo São José da Serra; bem como, das teses, dissertações e artigos acadêmicos que se deu a partir de três frentes: no Banco de Teses e Dissertações do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), especificamente nos trabalhos apresentados nas reuniões nacionais do GT 21, pois compreendemos que no GT 21 se encontra os principais pesquisadores da temática étnico-racial em educação, entre eles os que se dedicam à temática da educação quilombola. E por fim, nas publicações da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as), pois nesse período tivemos a publicação de um dossiê e de um caderno temático sobre quilombos, respectivamente, nos anos de 2015 e 2017.

Nesse levantamento, utilizou-se filtros de periodicidade entre os anos de 2015 a 2019. Todavia, para as pesquisas realizadas na ANPED, utilizamos o período de 2002 a 2019, uma vez que esse grupo de trabalhos foi criado oficialmente na 24ª Reunião Anual da Associação, em 2001, assim realizamos a pesquisa a partir da 25ª reunião.

Essa primeira etapa foi iniciada em setembro de 2019 e finalizada em fevereiro de 2020, pois, no primeiro momento, a pesquisa foi realizada de forma geral, buscando diversos trabalhos sobre a temática quilombola. Foram encontradas 171 pesquisas, utilizando os seguintes descritores para essa busca: “quilombo”, “comunidades remanescentes quilombolas”, “educação quilombola”, “comunidade quilombola de São José da Serra” e “educação quilombola em São José da Serra”.

b) Segunda etapa: levantamento das categorias

A segunda etapa foi o momento em que se desenvolveu o mapeamento e estruturação das categorias propostas: quilombo, educação quilombola e educação escolar quilombola. Foram selecionados os autores que mais apareceram nessas categorias, optando-se por discorrer sobre os três mais citados. Nesse momento, o objetivo era a partir das incidências dos autores nos trabalhos levantados, verificando o estado do problema a ser pesquisado.

Na categoria quilombo foram analisados 18 trabalhos e constatado que os autores mais citados foram: Alfredo W. B. de Almeida, José Maurício Paiva Andion Arruti, sendo que duas autoras possuem a mesma quantidade de publicações citadas nas pesquisas: Ilka Boaventura Leite e Eliane C. O’Dwyer, por isso, resolvemos nessa sessão abordar a perspectiva desses 4 autores e não de apenas 3.

Juntamente com a categoria “quilombo”, analisamos 18 trabalhos que traziam a temática “comunidades remanescentes quilombolas”, dessa forma verificamos que os autores mais citados foram: Alfredo W. B. de Almeida, José Maurício Paiva Andion Arruti e Kabengele Munanga, optou-se por discorrer acerca dos pontos abordados pelo autor Kabengele Munanga, uma vez que os dois autores supracitados já foram aprofundados na sessão anterior.

Nas categorias “educação quilombola” e “educação escolar quilombola”, os autores que mais transpassaram nos 57 trabalhos analisados foram: José Maurício Paiva Andion Arruti, Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga. Optamos por tratar nesse capítulo apenas da perspectiva de Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga, apesar de Munanga já ter sido abordado anteriormente, optou-se por trazer sua perspectiva nessa sessão, uma vez que o autor possui alguns trabalhos juntamente com a pesquisadora Nilma Lino Gomes.

E, por fim, dentro das categorias “educação quilombola” e “educação escolar quilombola”, buscamos verificar os trabalhos que traziam as temáticas “Quilombo São José da Serra e na educação no Quilombo São José da Serra.” Foram analisados 03 trabalhos que tratavam sobre o “Quilombo São José da Serra”, destacamos aqui os 03 autores que mais

apareceram nas referências bibliográficas: Martha Abreu, Hebe Mattos e Ana Lugão Rios, que vão falar especificamente dos trabalhos que elas desenvolveram dentro da comunidade, trazemos essa perspectiva a partir do olhar dessas autoras.

Analisamos ainda 03 trabalhos que tratavam da temática “educação no quilombo São José da Serra”, sendo verificado que os autores mais citados nos trabalhos são: José Maurício Arruti, Shirley Aparecida de Miranda e Anete Abramowicz. Observando que José Maurício Arruti já foi referenciado anteriormente, optamos em abordar as demais autoras dentro da perspectiva da educação nas comunidades quilombolas.

O levantamento dessas categorias veio provar os questionamentos emergentes sobre o acesso dos quilombolas a uma educação que, de fato, valorize essas vivências e, por isso, dentro desse levantamento percebemos a amplitude do conceito de quilombo, compreendendo que ele não se refere apenas à identidade das pessoas, mas à própria inclusão desses sujeitos na sociedade brasileira.

c) Terceira etapa: entrevista virtual com os membros da comunidade quilombola

Essa etapa foi o momento real de interação com os quatro membros da comunidade do Quilombo São José da Serra em Valença – RJ, selecionados como público alvo do estudo. Os mesmos foram incluídos adotando-se os seguintes critérios de seleção: para basear a compreensão da Educação Quilombola, aquela própria do Quilombo existente nas relações sociais entre eles, foram selecionadas duas pessoas da comunidade, sendo estes: o líder da comunidade e uma ativista mulher.

Complementar a esse aspecto, visando a construir uma correlação da Educação Quilombola com o aspecto da Educação Escolar Quilombola, aquela pertinente à estrutura escolar em si, foram selecionados mais dois integrantes da comunidade escolar, sendo estes: uma professora dirigente e uma ex-professora da escola. Suscita-se que uma das docentes atuais não aceitou o convite para integrar a pesquisa, por isso uma ex-professora foi requisitada e aceitou livremente por contribuir com o estudo. Totalizando, dessa forma, 4 entrevistados.

O consentimento dos mesmos foi efetuado devidamente em consonância com os parâmetros expressos no modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) exposto no apêndice A.

Instrumento para coleta de dados: devido ao momento pandêmico em que estamos vivenciando, onde o funcionamento da escola está estruturado por via de ensino remoto, e os

docentes lecionando de seus lares, os mesmos foram convidados por via eletrônica. E toda entrevista também realizada por mediação do Software *Google Meet* e *Zoom*, recurso tecnológico que proporciona interação em tempo real e possibilita armazenamento dos vídeos, a fim de se manter seguros os dados e informações. As entrevistas foram efetuadas individualmente, onde foi agendada, previamente, uma data e horário com cada um dos integrantes.

Fundamentado nas discussões oportunizadas pela revisão de literatura, foram confeccionadas as questões norteadoras da entrevista, que foi o instrumento principal de coletas de dados (Tabela 1).

Tabela 1 – Questões norteadoras das entrevistas

Número da Questão	Conteúdo norteador
1	Você poderia me explicar em poucas palavras o que seria Quilombo?
2	Você sabe o que precisaria para uma Comunidade se tornar conhecida como Comunidade Quilombola?
3	O que você sabe sobre o Quilombo São José da Serra?
4	Quais são os meios de produção da Comunidade Quilombola de São José da Serra?
5	Como se dão as relações sociais no Quilombo São José da Serra, quem são as lideranças políticas e religiosas, como são escolhidas?
6	Você saberia citar quais festas e danças estão na memória da comunidade quilombola São José da Serra?
7	Quais são as manifestações de relação com o Sagrado no Quilombo São José da Serra?
8	O que tem no interior de uma Comunidade Quilombola que a torna diferente de outras culturas?
9	A cultura quilombola pode ser ensinada?
10	Como se dá a Educação quilombola no Quilombo São José da Serra?
11	O que você aprendeu com os quilombolas ou no Quilombo São José da Serra?
12	De que forma a Escola está inserida na Comunidade Quilombola São José da Serra?

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

d) Correlação e interpretação dos dados

Os resultados qualitativos oriundos dos dados levantados na pesquisa foram analisados e interpretados estabelecendo uma comparação e associação no discurso dos envolvidos, considerando: palavras-chave cujos sentidos se assemelham e as possíveis críticas que possam

ser concedidas. Utilizou-se as categorias levantadas no Referencial Teórico Metodológico com o objetivo de subsidiar a compreensão da dinâmica entre a educação quilombola e a educação escolar quilombola da comunidade de São José da Serra.

A discussão foi estabelecida à luz do respaldo da legislação atual, principalmente a Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e todos os estudos que integram a revisão de literatura desenvolvida na presente pesquisa.

Discutindo a legislação brasileira no que se refere à população negra, sua cultura e preservação. Ou seja, a busca de discutir políticas que sejam direcionadas a essa população é essencial dentro da valorização e recuperação da identidade negro positiva, a partir dessa educação que valorize essa cultura e a comunidade quilombola.

2 ESTUDOS SOBRE QUILOMBO, EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Foi realizado uma revisão bibliográfica dos estudos e pesquisas sobre quilombos e educação quilombola no Brasil, levantando teses, dissertações e artigos realizados entre os anos 2015 a 2019. Entretanto, para as pesquisas realizadas na ANPED e apresentada no GT21, utilizamos o período de 2002 a 2019, uma vez que esse grupo de trabalho foi criado oficialmente na 24ª Reunião Anual da Associação, em 2001, assim realizamos a pesquisa a partir da 25ª reunião. O levantamento foi iniciado em setembro de 2019 e finalizado em fevereiro de 2020, pois, no primeiro momento, a pesquisa foi realizada de forma geral, buscando diversos trabalhos sobre a temática quilombola.

Portanto, o levantamento se deu em três frentes: no Banco de Teses e Dissertações do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), especificamente nos trabalhos apresentados nas reuniões nacionais do GT 21, pois compreendemos que no GT 21 se encontra os principais pesquisadores da temática étnico-racial em educação, entre eles os que se dedicam à temática da educação quilombola. E, por fim, nas publicações da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as). Nesse período tivemos a publicação de um dossiê e de um caderno temático sobre quilombos, respectivamente, nos anos de 2015 e 2017. A escolha de analisar as publicações da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), se deu por entendermos que é uma importante fonte de pesquisa que vem contribuindo para dar visibilidade às discussões sobre relações raciais, como promover a equidade racial e a produção de conhecimento sobre África e diásporas africanas.

Foram utilizados os seguintes descritores para essa busca: “quilombo”, “comunidades remanescentes quilombolas”, “educação quilombola”, “comunidade quilombola de São José da Serra” e “educação quilombola em São José da Serra.” No primeiro descritor optamos em pesquisar “quilombo” na área de conhecimento da Antropologia, por ser a área das ciências humanas que se dedica a estudar as culturas humanas e em suas particularidades, os estudos sobre a população negra e comunidades quilombolas. Além disso, hoje, no Brasil, a definição de quilombo é feita pela Associação Brasileira de Antropologia.

Já com o descritor “quilombo São José da Serra” buscamos analisar o que havia sido elaborado de trabalhos nesses últimos 5 anos, independente da área do conhecimento, que pudesse se relacionar com o quilombo São José da Serra. E, por fim, com os descritores

“educação quilombola” e “São José da Serra” buscou-se uma análise na área do conhecimento da educação. Ao tentarmos a pesquisa do último descritor como "educação quilombola São José da Serra" não conseguimos localizar nenhuma pesquisa, por isso optamos em pesquisar “São José da Serra” concentrando a pesquisa na área do conhecimento da educação.

No intuito de demonstrar o levantamento feito no banco de teses da CAPES, criamos a tabela abaixo, que revela o número de trabalhos localizados pelos descritores selecionados no período de 2015 a 2019:

Tabela 2 – Dissertações e teses: período de 2015 a 2019 - CAPES

Ano	Trabalhos Totais	Descritor “quilombo”	Descritor “comunidade remanescente quilombola” / “comunidades remanescentes quilombolas”	Descritor “quilombo São José da Serra”	Descritor “educação quilombola”	Descritor “São José da Serra”
2015	27	11	7	1	8	0
2016	22	14	0	0	8	0
2017	31	10	5	0	15	1
2018	29	10	6	0	12	1
2019	4	0	4	0	0	0
Total	113	45	22	1	43	2

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os trabalhos acima estão divididos nas seguintes pesquisas:

Tabela 3 – Quantitativo de dissertações e teses – CAPES

Tipo	Descritor “quilombo”	Descritor “comunidade remanescente quilombola” / “comunidades remanescentes quilombolas”	Descritor “quilombo São José da Serra”	Descritor “educação quilombola”	Descritor “São José da Serra”	Trabalhos Totais
Mestrado	34	18	1	38	2	93
Doutorado	11	4	0	5	0	20

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Abaixo, temos o levantamento feito nas publicações no GT21 da ANPED, que revela o número de trabalhos localizados pelos descritores selecionados:

Tabela 4 – Quantitativo de publicações – ANPED – GT21³

Reunião ANPED – GT21	Descritores: “quilombo” / “comunidades remanescentes quilombolas”	Descritores: “educação quilombola”, “prática pedagógica” e “currículos”	Descritores: “identidade” / “narrativas”	Descritores: “jongo”
25ª reunião	0	1	0	0
26ª reunião	0	0	0	0
27ª reunião	0	0	1	0
28ª reunião	0	1	0	0
29ª reunião	0	2	1	0
30ª reunião	0	1	0	0
31ª reunião	0	0	0	0
32ª reunião	0	0	0	0
33ª reunião	-----	-----	-----	-----
34ª reunião	0	3	1	3
35ª reunião	0	2	0	0
36ª reunião	0	3	0	0
37ª reunião	0	0	0	0
38ª reunião	0	2	0	0
39ª reunião	1	5	1	0
TOTAL	1	20	4	3

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

As pesquisas relacionadas à temática quilombola nas publicações da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) foram do período de 2015 a 2019. Nesse ínterim, foram publicadas 22 revistas, sendo que pesquisas sobre quilombos apareceram em 09 das 22 revistas, foram um total de 30 pesquisas com essa temática. Com esse levantamento, observamos que a maior concentração de publicações sobre comunidades remanescentes quilombolas foram entre os anos de 2015 e 2017. Isso se justifica, pois em 2015 a revista publicou o “Dossiê Temático “Educação, Quilombos e Ensino de História: paradigmas e propostas”, o qual apresentou 15 trabalhos sobre quilombos. Já em 2017

³ No período que a pesquisa foi realizada, não conseguimos informações sobre os trabalhos apresentados na 33ª reunião nacional da ANPED, pois ao tentar acessar a página da reunião, ela não era direcionada, apresentando um erro.

ocorreu a publicação do “Caderno Temático: Saberes Tradicionais”, que contou com 5 trabalhos sobre comunidades quilombolas. Na tabela abaixo, podemos observar a quantidade de publicações e o período que elas ocorreram:

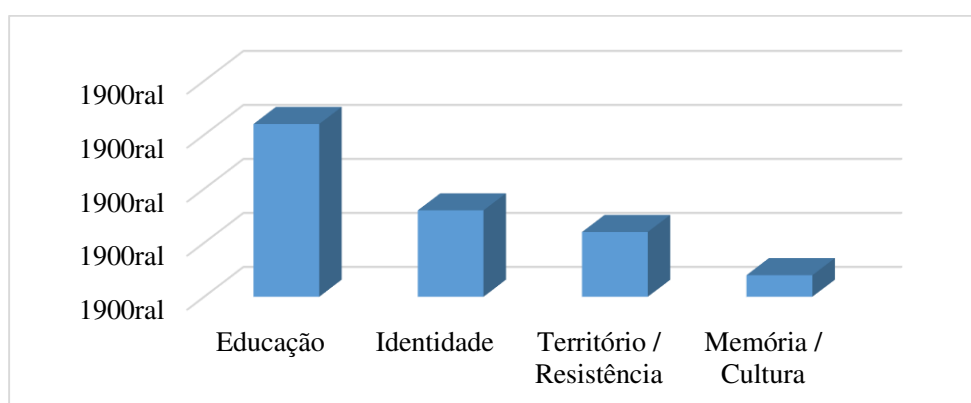
Tabela 5 – Quantitativo de publicações – ABPN

Período	Nº de Publicações
Março – Junho / 2015	2
Novembro/2015 – Fevereiro /2016	15
Março – Junho / 2016	2
Março – Junho / 2017	1
Dezembro / 2017	5
Janeiro / 2018	1
Mai / 2018	1
Julho – Outubro / 2018	2
Julho – Agosto / 2019	1

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os artigos trataram de diversos assuntos relacionados a quilombos, mas a concentração das discussões se pautou nos seguintes temas:

Gráfico 1 – Temáticas discutidas nas publicações da ABPN



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao compararmos as áreas temáticas de concentração das pesquisas do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, do GT21 da ANPED e das pesquisas publicadas na Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), observa-se que em ambos os sítios eletrônicos as pesquisas buscaram dialogar sobre identidade, território e memória. A diferença

entre os trabalhos se dá no objetivo principal da pesquisa, que no caso dos artigos da Revista da ABPN e das publicações do GT21, se concentraram em discutir esses temas com foco na prática educacional nessas comunidades.

Além disso, realizamos o levantamento das categorias quilombo, educação quilombola e educação escolar quilombola. Selecionamos os autores que mais apareceram citados dentro dessas categorias, optando-se por discorrer sobre os três que mais apareceram.

Na categoria quilombo foram analisados 18 trabalhos e verificado que os autores mais citados foram: Alfredo W. B. de Almeida, José Maurício Paiva Andion Arruti, sendo que duas autoras possuem a mesma quantidade de publicações que foram citadas nas pesquisas: Ilka Boaventura Leite e Eliane C. O'Dwyer, por isso, resolvemos nessa sessão abordar a perspectiva desses 4 autores e não de apenas 3.

Juntamente com a categoria “quilombo”, analisamos 18 trabalhos que traziam a temática “comunidades remanescentes quilombolas”, dessa forma verificamos que os autores mais citados foram: Alfredo W. B. de Almeida, José Maurício Paiva Andion Arruti e Kabengele Munanga, optou-se por discorrer acerca dos pontos abordados pelo autor Kabengele Munanga, uma vez que os dois autores supracitados já foram aprofundados na sessão anterior.

Para as categorias “educação quilombola” e “educação escolar quilombola”, os autores que mais transpassaram nos 57 trabalhos analisados foram: José Maurício Paiva Andion Arruti, Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga. Optamos por tratar nesse capítulo apenas da perspectiva de Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga, apesar de Munanga já ter sido abordado anteriormente, optou-se por trazer sua perspectiva nessa sessão, uma vez que o autor possui alguns trabalhos juntamente com a pesquisadora Nilma Lino Gomes. Não iremos abordar José Maurício Paiva Andion Arruti, pois o autor já foi mencionado em outro capítulo.

E, por fim, juntamente com as categorias “educação quilombola” e “educação escolar quilombola”, buscamos verificar os trabalhos que traziam as temáticas “Quilombo São José da Serra e na educação no Quilombo São José da Serra.” Foram analisados 03 trabalhos que tratavam sobre o “Quilombo São José da Serra”, destacamos aqui os 03 autores que mais apareceram nas referências bibliográficas: Martha Abreu, Hebe Mattos e Ana Lugão Rios.

Analisamos ainda 03 trabalhos que tratavam da temática “educação no quilombo São José da Serra”, sendo verificado que os autores que mais citados nos trabalhos são: José Maurício Arruti, Shirley Aparecida de Miranda e Anete Abramowicz. Observando que José Maurício Arruti já foi referenciado anteriormente, optamos em abordar as demais autoras dentro da perspectiva da educação nas comunidades quilombolas.

Tabela 6 – Incidência de autores nas obras pesquisadas

Categorias	Autores	1990-9	2000-9	2010-16
Quilombo	ALMEIDA, A. W. B. de	1	13	4
	ARRUTI, J. M. P. A.	6	14	2
	LEITE, Ilka Boaventura	0	12	4
	O'DWYER, Eliane Cantarino	2	9	5
Comunidades remanescentes quilombolas	MUNANGA, K.	6	8	1
	MUNANGA, K. In: MOURA Clóvis (org.).	0	1	0
	MUNANGA, K. In: QUINTAS, F. (Org.)	1	0	0
	MUNANGA, K.; GOMES, N. L.	0	0	1
Educação quilombola	GOMES, Nilma Lino	3	13	11
	GOMES, Nilma Lino (Org.). In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.)	0	0	1
	GOMES, Nilma Lino e MIRANDA, Shirley Aparecida de.	0	0	1
	GOMES, Nilma Lino e SILVA, Petronilha B. G. In: GOMES, N. L. e SILVA, P. G.	0	1	0
	GOMES, Nilma Lino. In: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves de; FERNANDES, Alexandra Borges. (Orgs.)	0	0	1
	GOMES, Nilma Lino. In: LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse; SILVEIRA, Sonia Maria.	1	0	0
	GOMES, Nilma Lino. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Org.).	0	1	0
	GOMES, Nilma Lino. In: MUNANGA, Kabenguele & GOMES, Nilma L.	0	5	0
	GOMES, Nilma Lino. In: PAULA, Marilene de e HERINGER, Rosana (Orgs.).	0	1	0
	GOMES, Nilma Lino. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.).	0	1	0
	GOMES, Nilma Lino. In: SILVA, P. B. G. e; BARBOSA, M. de A. (orgs).	1	0	0
	GOMES, Nilma Lino. SILVA, Petronilha Beatriz G.	0	0	1
	GOMES, Nilma Lino.; MUNANGA, Kabenguele	0	1	0
	MUNANGA, Kabengele	5	20	3
	MUNANGA, Kabengele. IN: BRANDÃO, André Augusto P. (org)	0	1	0
	MUNANGA, Kabengele. In: Moura, C. (Org.).	0	1	0
	MUNANGA, Kabengele.; GOMES, Nilma L.	0	0	1

Educação escolar quilombola	ABREU, Martha; MATTOS, Hebe.	0	2	1
	MATTOS, Hebe.	0	2	0
	MATTOS, Hebe; MEIRELES, L. C.	1	0	0
	MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão.	0	2	0
	MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MORAES, Renata.	0	0	1
Educação no quilombo São José da Serra	ABRAMOWICZ, Anete; MORUZZI, Andrea Braga.	0	0	2
	ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana.	0	0	2
	ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana; RODRIGUES, Tatiane.	0	0	2
	MIRANDA, Shirley	0	0	3

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

2.1 QUILOMBO

Um dos pontos relevantes a ser destacado após o levantamento de dados, é a busca de se compreender quilombo por meio dos temas relacionados à identidade, território e memória. Sendo que, como identificamos nas pesquisas, a maior concentração de debates se deu em torno do fortalecimento da identidade quilombola como objetivo de se efetivar os direitos. Munanga (2009, p. 14) aponta que “o conceito de identidade recobre uma realidade muito mais complexa do que se pensa, englobando fatores históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, político-ideológicos e raciais”. Sendo assim, entendemos a importância da abordagem desse tema nas pesquisas sobre as comunidades remanescentes quilombolas.

As pesquisas demonstram, ainda, que as tradições quilombolas e os processos de reconhecimento de seus territórios estão permanentemente em constituição, de maneira dinâmica, muitas vezes ligados a conflitos oriundos da luta pela manutenção de seu território. Ademais, o levantamento demonstrou que a constituição da identidade está ligada ao reconhecimento desse território.

Conforme Dantas (2003), “O reconhecimento histórico é fundamental tanto para obtenção de direitos sociais como para o processo de construção de identidade”, identidade essa que é reconhecida através da história oral que está relacionada ao território, ao patrimônio cultural, sejam eles materiais e imateriais, visando dessa forma facilitar o seu entendimento e sua valorização. O que observamos com as pesquisas, é que as lutas e resistência das comunidades remanescentes quilombolas é uma característica individual e coletiva, essa resistência contribui no combate das desigualdades oriundas da falta de políticas públicas e no fortalecimento dos movimentos sociais que discutem a importância dessas

comunidades na constituição da sociedade brasileira, através de suas manifestações culturais, crenças e costumes.

Podemos observar, ainda, que as narrativas quilombolas estão presentes na maioria das pesquisas, isso demonstra que, para se compreender a organização e os modos de vida dessas comunidades, é necessário ouvir e dialogar com seus moradores, entendendo que os saberes são passados através da oralidade. Compreendemos, então, que as comunidades remanescentes quilombolas são um espaço de prática e resistência, um conjunto de saberes ancestrais, um local de tradição africana, de equilíbrio com a natureza, que resiste ao tempo, a política e luta pelo seu reconhecimento e sua terra.

De acordo com Munanga (2006), os africanos escravizados no nosso país são oriundos de três regiões geográficas: África Ocidental, África Centro-Ocidental e África Meridional. Importante salientar essas regiões possuem saberes, histórias, trajetórias, etnias, culturas e linguagens diferenciadas, as quais trouxeram ao território brasileiro e que contribuíra para a formação de um conjunto de comportamentos e ancestralidade em nossa sociedade.

Munanga (1996) aponta a necessidade de recorrermos à história e à origem da palavra quilombo em África, para entendermos o que é quilombo aqui no Brasil:

O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire (MUNANGA, 1996, p. 58).

Para compreender o significado da palavra que “classifica” o grupo social, Munanga (2004) explica que o termo “quilombo” deriva do kimbundu, língua africana que pertence à família linguística bantu, que se refere a um tipo de instituição sociopolítico militar conhecido na África Central, principalmente na região constituída pela atual República Democrática do Congo (Zaire) e Angola.

A etnia bantu já tinha como costume se organizar em comunidades, nas quais os homens faziam parte de um ritual de iniciação dos jovens. Nesse processo iniciático, os jovens passavam de crianças para a vida adulta, através da circuncisão. Por esse motivo, a palavra quilombo significa sangue. Para Eliade (2004), os ritos iniciáticos são “um conjunto de ritos e ensinamentos orais que visa à modificação radical do estatuto religioso e social do sujeito a iniciar” (ELIADE, 2004, p. 14). Por meio desse processo, ocorre uma modificação na existência do indivíduo, ele entra uma pessoa e durante o percurso é transformado em outra, entendendo principalmente os valores do mundo ancestral.

Além disso, o autor aponta que:

[...] quilombo não significa refúgio de escravizados. Trata-se de uma reunião fraterna e livre, com laços de solidariedade e convivência resultante do esforço dos negros escravizados de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativo e da organização de uma sociedade livre. Os quilombolas eram homens e mulheres que se recusavam viver sob o regime de escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema (MUNANGA & GOMES, 2006, p. 33.)

Assim, temos o significado de quilombo recuperando a relação existente em África. O autor aponta que os quilombos brasileiros se organizaram de maneira a reproduzir os já existentes no continente africano, como podemos observar abaixo:

Pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar (MUNANGA, 1996, p. 63).

O quilombo no Brasil reconstrói o modelo de quilombo africano. Como o próprio autor já apontou, a palavra quilombo se refere a uma associação de homens, sem exigência de filiação ou linhagem. Nessa comunidade os membros eram submetidos a rituais de iniciação (MUNANGA, 1996). Assim, o que o autor aponta é que, mesmo no Brasil, essas comunidades apresentam uma presença histórica de uma instituição transcultural (MUNANGA, 1996).

No período escravista do Brasil colonial, entre os séculos XVI e XIX, surgiram os quilombos que eram refúgios dos negros escravizados que buscavam a liberdade, a liberdade de ser em sua essência, de serem livres, viverem conforme seus costumes e crenças, ficavam em locais de difícil acesso, e eram um local de resistência a um sistema que os privava de suas origens, os torturavam e humilhavam diariamente.

Buscavam, portanto, criar laços comunitários e promover a autonomia para que não fosse necessário recorrer a recursos externos a comunidade. Era chamado de quilombo qualquer grupo de mais de cinco pessoas negras encontradas juntas e alocadas em qualquer sítio que dispusesse de um pilão (o que indicava autonomia de subsistência). Nos quilombos era possível viver de acordo com a cultura africana, plantando e produzindo em comunidade.

Conforme definição de quilombo dado pelo Conselho Ultramarino: “(...) toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (ALMEIDA, 1996, p. 12).

O objetivo dessa definição era provocar a invisibilidade dessas comunidades, uma vez que se ignorava os efeitos do processo escravocrata da sociedade brasileira (GUSMÃO, 1996). De acordo com a antropóloga, pesquisadora de comunidades rurais negras e quilombolas:

As territorialização dos espaços negros envolvem muitas origens possíveis das chamadas terras de preto, permitindo através delas, a representação que se tem e que se faz da realidade de grupo e da realidade da terra. Muitas terras foram doadas por antigos senhores a escravos fiéis; outras resultam em terras doadas a santos - Terras de Santo - e nas quais negros libertos se estabeleceram. Muitos agrupamentos, comunidades, vilas, bairros como hoje são chamados, resultam da ocupação de áreas devolutas logo após a Abolição ou foram terras compradas por antigos escravos que aí constituíram família e organizaram um modo de vida camponês (GUSMÃO, 1994, p.11).

Assim, a antropóloga denomina quilombo como “comunidades remanescentes de quilombo”, uma vez que se trata de territórios negros que possuem uma origem diversa, mas que têm como característica comum a sociedade escravocrata brasileira e a realidade agrária do país (GUSMÃO, 1996, p. 11).

Outra abordagem se dá através do estudo de Édison Carneiro, em 1966, sobre o quilombo dos Palmares, pensando o quilombo como espaço de resistência cultural. Em seu estudo, o autor destaca o desejo dos negros escravizados pela liberdade e de manterem sua cultura e do estilo de vida africano. Na visão do autor, Palmares era “(...) êsse Estado negro, um pedaço da África transplantado para o Nordeste do Brasil” (CARNEIRO, 1966, p. 02).

Moura (2001) traz uma outra abordagem sobre quilombo, colocando que esse grupo tinha como objetivo resistir ao sistema de escravização, buscando estarem inseridos em uma sociedade mais igualitária. Para o autor esse movimento se denominava quilombagem, e tinha como objetivo o desgaste do sistema socioeconômico da época:

O quilombo era uma sociedade alternativa ou paralela de trabalho livre encravada no conjunto do escravismo colonial que constituía a sociedade maior e institucionalizada. O seu agente-social era o negro-escravo inconformado que traduzia este sentimento no ato de fuga” (MOURA, 2001, p. 103).

Ribeiro (2015), em sua dissertação intitulada *Comunidade quilombola Manoel Ciriaco dos Santos: identidade e famílias negras em movimento*, elaborada no programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, problematizou a vinculação direta entre a

legitimidade da reivindicação territorial das comunidades quilombolas e a ideia de territorialidade fixa, como forma política de garantia de direitos territoriais quilombolas no Brasil, indicando que a construção da identidade quilombola é perpassada pelos processos de deslocamentos constitutivos da trajetória das famílias.

Em sua pesquisa, Ribeiro (2015) traz o conceito de quilombo, aponta que o termo foi utilizado arbitrariamente como forma de reprimir aqueles que tentavam fugir, assim, demandou que novos procedimentos relacionados a interpretação fossem realizados. Dessa forma, ocorre um deslocamento conceitual sobre as ideias de quilombo como sobrevivência e reminiscência para que se possa compreender o que são as comunidades que se reconhecem como quilombolas hoje e como construíram sua autonomia historicamente (ALMEIDA, 2011, p, 64).

Durante o período do processo de escravização, os quilombos eram considerados como:

comunidades organizadas por africanos livres que se recusaram a submeter-se aos grilhões e à chibata. Africanos orgulhosos de sua liberdade e dignidade humana. Os quilombos, que variavam segundo o tamanho das terras ocupadas e o número de seus habitantes, via de regra mantinham bem organizada e eficiente produção agrícola, formas de vida social instituídas segundo modelos tradicionais africanos adaptados à nova realidade da América (NASCIMENTO, 1980, p. 37).

Porém, durante o período de redemocratização da sociedade brasileira, que resultou na elaboração e aprovação da nossa Constituição Federal de 1988, o então senador Abdias Nascimento falou sobre a necessidade de acesso da população afro-brasileira em todos os níveis de poder, reforçando o quilombismo como um movimento político não segregacionista, que busca o poder político realmente democrático.

É preciso se desprender dos preconceitos e ideias distorcidas sobre o que são essas comunidades, uma vez que ainda nos deparando com conceitos existentes no imaginário da sociedade, como o fato de associarem as comunidades aos quilombos do período colonial, ou seja, reproduzindo uma concepção de quilombo como terra de negros fugitivos.

Não consideram que, mesmo no período colonial, essas comunidades tinham como base uma organização e formação diferenciada em suas próprias características, o que contribuía para a formação de uma espécie de resistência à identidade étnica. Segundo O' DWYER,

A identidade étnica tem sido diferenciada de “outras formas de identidade coletiva pelo fato de ela ser orientada para o passado”. (...) Vale assinalar, contudo, que o passado a que se refere os membros desses grupos “não é o da ciência histórica, mas aquele em que se representa a memória coletiva” – portanto, uma história que pode ser igualmente lendária e mítica (O' DWYER, 2002, p.17).

Dessa forma, compreendemos identidade étnica como aquela composta pelos saberes, cultura, costumes, resistência, territorialidade, busca da efetivação de seus direitos, ou seja, tudo aquilo que define e faz parte de uma comunidade quilombola.

O reconhecimento dessa identidade pela própria comunidade fortalece a busca pela sua autoidentificação como comunidade remanescente quilombola, uma vez que essa identidade está automaticamente ligada ao território. Pois, a identidade étnica está pautada na diferença, ou seja, aquilo que uma comunidade tem de diferente da outra, a partir das suas vivências e memórias, é o que define a sua identidade.

Arruti (2006) afirmou que a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) buscou repensar o conceito sobre quilombo, buscando analisar diversos estudos sobre essa temática, dessa forma, buscou contribuir para que fosse possível entendermos o que é um quilombo contemporâneo. Esse novo entendimento se ampliou num viés que apontou as resistências, as lutas, o preconceito, o racismo, a identidade, a ancestralidade e a territorialidade. Essa nova ressignificação só foi possível pela luta do Movimento Negro Unificado e pela Associação Brasileira de Antropologia, que em 1994, criou um Grupo de Trabalho “*Comunidades Negras Rurais*” e define quilombo como:

O termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ‘ressemantizado’ para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. (...) Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de uma referência histórica comum, construída a partir de vivência e valores partilhados. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela Antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão (...) No que diz respeito a territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece a sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade (ABA, 1994: 81-82).

Repensar o conceito sobre quilombo, parte, portanto, da necessidade de compressão sobre diversas reivindicações políticas dessas comunidades na sociedade brasileira. Reivindicações essas que perpassam diversas questões fundiárias e de terras tradicionalmente

ocupadas por essas comunidades. Com isso, observa-se diversas pesquisas que procuram compreender o funcionamento e as características dessas comunidades.

Santos (2016), na dissertação intitulada *“Viver sempre junto”: uma abordagem etnográfica das escolhas e protagonismos políticos quilombolas no sul do Brasil*, realizada no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, traz em sua pesquisa uma análise sobre as variadas experiências sociais que congregam formas de protagonismos políticos engendradas por lideranças negras e comunidades quilombolas no que tange o acesso às políticas públicas. A autora aponta em sua pesquisa alguns debates e aparatos conceituais como os de “identidade étnica”, “territorialidade” e “resistência negra”. Ao final a pesquisadora constata que as disputas por legitimidades estão em jogo, desde aos valores familiares e comunitários até o investimento em políticas educacionais.

Ranciaro (2016), em sua tese intitulada *Os cadeados não se abriram de primeira: processos de construção identitária e a configuração do Território de comunidades quilombolas do Rio Andirá (município de Barreirinha - Amazonas)*, elaborada pela Universidade Federal do Amazonas, traz a discussão sobre os processos de construção identitária de comunidades quilombolas articulados à luta do movimento organizativo que se volta para a conquista de um território resultante de uma política de territorialidade. O pesquisador analisa as comunidades localizadas no Rio Andirá, Município de Barreirinha, no Baixo Amazonas, identificando esses territórios como lugares de disputas de terras pelos agronegócios e analisando os marcos regulatórios os procedimentos de implementação do artigo 68/ADCT e do Decreto 4.887/2003, relativos a autodefinição dos agentes sociais, o reconhecimento dos quilombos, buscou interpretar os impactos políticos relacionados a luta por território e a afirmação de uma identidade coletiva que reivindicar seus direitos étnicos.

Pelaez (2016), em sua dissertação intitulada *Nomeando o Inominável: Identidade, afirmação, atribuição e acolhimento no Quilombo do Grotão*, apresentada no programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, a pesquisa refletiu sobre a processo de reconhecimento da comunidade, destacando que esse ele é essencial para se compreender as diversas etapas que atravessam o caminho que começa na afirmação identitária e “culmina” – ainda que não definitivamente – na atribuição de uma identidade munida de direitos específicos e de um lugar para a cidadania diferenciada.

Quilombos, portanto, são territórios étnico-raciais baseados na ancestralidade, no parentesco e nas tradições culturais próprias. Esses espaços expressam resistência a diferentes formas de dominação. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombolas, quilombo é definido como:

Art. 3º Entende-se por quilombos:

I - os grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica;
 III - comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros (BRASIL, 2012).

Para Leite (2000), “quilombo” admite um papel emblemático nas resistências dos negros e em suas exigências durante toda a história. Os autores Albuquerque e Carneiro (2020) citando Leite, apontam que:

Revela-se o arcabouço de mudanças por ele produzido e ultrapassa “o que convencionalmente tem sido tratado como agenda política exclusiva do movimento social. As transformações que o quilombo instaura são muito mais amplas e, portanto, de cunho eminentemente identitário” (LEITE, 2008, p. 969-975.).

De acordo com a autora, esse contexto reflete o processo histórico de territorialização dos remanescentes de quilombos, mas ainda assim, não isenta de conflitos com outros grupos sociais pela manutenção nas terras advindas dos antepassados, que caracterizam a resistência à opressão histórica suportada.

Arêda-Oshai (2016), em seu artigo publicado no Dossiê Temático "Educação, Quilombos e Ensino de História: paradigmas e propostas" da Revista ABPN, com o título *O ressurgimento de antigas categorias em novos contextos – quilombos e quilombolas vivendo no presente*, traz como objetivo reflexões sobre o ressurgimento da categoria ‘quilombo’ na legislação brasileira – Constituição Federal de 1988, onde foi reconhecido o direito à propriedade de terras a determinados grupos negros, nominados arbitrariamente pelo Estado como remanescentes de comunidades de quilombos. A pesquisadora pontua como a autoafirmação da identidade quilombola contribuiu para a coletivização e fortalecimento da luta política pelo território através da análise bibliográfica, documental e observação participante, realizada junto as comunidades quilombolas situadas no Arquipélago do Marajó, estado do Pará – Brasil.

Autores como Schimitt & Carvalho (2002) e Arruti (2005) afirmam que o termo remanescente de quilombo foi negociado a fim de dar conta da imensa diversidade existente nos processos de acesso às terras. Sendo que Mocambos, terras de preto, território negro, entre outros, foram agregados dentro de comunidades remanescentes de quilombos, para que dessa forma fossem identificadas as populações e estes grupos começaram a ser reconhecidos

de forma oficial. Conforme Dantas (2003) “O reconhecimento histórico é fundamental tanto para obtenção de direitos sociais como para o processo de construção de identidade”, identidade essa que é reconhecida através da história oral que está relacionada ao território, ao patrimônio cultural, sejam eles materiais e imateriais, visando dessa forma facilitar o seu entendimento e sua valorização.

O processo de ressemantização do termo superou a atribuição criminal, mas permanecem no imaginário nacional estereótipos que associam quilombos a comunidades do passado e desaparecidas após a abolição formal; ou a comunidades representantes de uma africanidade intocada. É importante assinalar que o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos no campo das políticas públicas atua de duas maneiras distintas e complementares descrevendo-as, ora como camada mais desprivilegiada, excluída e segregada da população, ora como segmento particular, com formas próprias e distintas de organização social e cultural (MIRANDA, 2012, p. 04-05).

Conforme dados do relatório técnico nº 083/2012 da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, o Brasil tem hoje uma população estimada de 1,17 milhão de quilombolas, sendo que a maior parte vive no Nordeste. E da população total de quilombolas no país, 23,5% não foram alfabetizados. O relatório ainda aponta a existência de 1.834 comunidades remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Compreendemos, portanto, as comunidades remanescentes quilombolas como um espaço de prática e resistência, um conjunto de saberes ancestrais, um local de tradição africana, de equilíbrio com a natureza, que resiste ao tempo, a política e luta pelo seu reconhecimento e sua terra.

Por sua vez, Leite (2008, p. 965), o termo “quilombo” (em sua etimologia: bantu) quer dizer acampamento guerreiro na floresta; sendo difundida no Brasil pela administração colonial, em suas legislações, relatórios, atos e decretos, referenciavam as unidades de apoio instituídas pelos resistentes ao sistema escravocrata e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravização no País (SALOMÃO e CASTRO, 2018, p. 238-239). A autora aponta que “quilombo” é uma palavra de grande significação para os libertos, em sua trajetória, conquista e libertação, alcança, portanto, diversas dimensões e conteúdos. Tem-se como fato mais emblemático, o Quilombo dos Palmares, movimento rebelde que se opôs à administração colonial por quase dois séculos (LEITE, 2008, p. 965).

Já a expressão “comunidade remanescente de quilombos” passou a ser propagada notadamente no final da década de 1980 com referência às áreas

territoriais onde os africanos e seus descendentes passaram a habitar durante o período de transição histórica que culminou na abolição do regime de trabalho escravo em 1888 (SALOMÃO e CASTRO, 2018, p. 239).

Descreve um processo de cidadania defeituoso e sistematiza diversas políticas públicas de ação com o objetivo de reconhecer e garantir os direitos territoriais dos descendentes dos africanos capturados, aprisionados e escravizados pelo sistema colonial português (LEITE, 2008, p. 969).

O que se pode observar, foi que a abolição do regime escravocrata não foi suficiente para modificar as condições dos escravizados, não ocorreu nenhuma transformação significativa envolvendo políticas públicas que de fato fossem significativas no que tange a situação política da população negra, quanto ao controle e desapropriação de território.

Diante desse contexto, os descendentes dos africanos escravizados começam a atuar através da territorialização étnica, “modelo que, em algumas regiões mais do que em outras, consistia em posicionar as populações nativas, os africanos e seus descendentes, em e na relação com os imigrantes recém-chegados, reconfigurando-se ainda lógicas racialistas anteriormente implantadas (LEITE, 2008, p. 966).” Leite acrescenta ao citar o antropólogo norueguês Fredrik Barth,

A territorialidade negra, portanto, foi desde o início engendrada pelas e nas situações de tensão e conflito. Essa constatação reintroduz, na atualidade, um debate sobre questões persistentes e que nos incitam a exercitar um olhar retrospectivo e comparativo, capaz de revelar, nitidamente, os aspectos constitutivos das situações com as quais nos defrontamos no presente. Neste sentido, tornam-se fundamentais os exemplos provenientes das realidades locais para se perceber o que está em jogo nas diversas situações analisadas, suas dimensões, articulações, formas e realces. E é sob esse prisma que a territorialidade negra pode ser referida não a uma realidade equívoca e distante, mas se reportando a uma dimensão simbólica da identidade na qual os negros se organizaram como coletividade nacional, articulações de grande complexidade e que aconteceram desde um processo relacional; multicêntrico e altamente dinâmico (BARTH apud LEITE, 2008, p. 967-968).

Os autores SALOMÃO e CASTRO (2018) apontam que o Estado passou a considerar e proteger as terras dos quilombos que foram consideradas parte do patrimônio cultural desses grupos negros. Por certo, a aprovação de dispositivos como forma de equiponderar e/ou reparar a opressão histórica sofrida foi “cooperada pelas exigências de organizações de movimentos negros e setores progressistas, como parte da própria reflexão sobre o Centenário da Abolição da Escravidão no País, levadas à Assembléia Constituinte de 1988.” (LEITE, 2008, p. 969-970). “A problemática das terras de quilombos, portanto, foi, a partir de 1988,

alvo de atenção e de forte pressão por parte dos movimentos sociais negros, desdobrando-se em várias ações e normas institucionais: administrativas e jurídicas, de âmbito estadual e federal”. (LEITE, 2008, p. 970). Ainda assim, pode-se dizer que houve uma recriação da palavra “quilombo”, Ilka Boaventura Leite, mostra que:

A ressemantização do termo “quilombo” pelos próprios movimentos sociais e como resultado de um longo processo de luta, veio então a traduzir os princípios de liberdade e cidadania negados aos afrodescendentes, correspondendo, a cada um deles, os respectivos dispositivos legais. 1 - Quilombo como direito a terra, como suporte de residência e sustentabilidade há muito almejadadas nas diversas unidades de agregação das famílias e dos núcleos populacionais compostos majoritariamente, mas não exclusivamente de afrodescendentes. 2- Quilombo como um conjunto de ações em políticas públicas e ampliação de cidadania, entendidas em suas várias dimensões. 3- Quilombo como um conjunto de ações de proteção às manifestações culturais específicas. (LEITE, 2008, p. 969). Há prorrogação das repercussões até os contextos pós-coloniais o que atribuiu ao “quilombo” uma significação trans-histórica, ficando destituído dos marcos cronológicos ou espaciais rígidos, assegurando a sua relação de seguimento com os direitos requeridos no período recente de redemocratização do País (LEITE, 2008, p. 974-975).

O que se destaca é à ressemantização do conceito de quilombo, acionado no dispositivo legal do Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que veio a permitir a agregação dos valores na luta que antes eram agrupados sobre outros rótulos sociais.

O que está em disputa, portanto, não é a existência destas formações sociais, nem mesmo das suas justas demandas, mas a maior ou menor largueza pela qual o conceito as abarcará, ou excluirá completamente. Está em jogo o quanto de realidade social o conceito será capaz de fazer reconhecer. Qual parcela da realidade ganhará, por meio deste reconhecimento, uma nova realidade, jurídica, política, administrativa e mesmo social (ARRUTI, 2008, p. 11).

Como salienta Arruti (2008) o termo quilombo não desaparece com o fim da monarquia e com os movimentos que aboliram a escravidão, mas inverso a isso, sobretudo com a organização do Movimento Negro desde os finais do sistema escravista, o termo ganha novas semânticas nos diferentes períodos políticos que se alternam após a instauração da república, culminando nos debates/disputas atuais.

Se antes o quilombo era visto como resistência ao processo de escravização do negro, a partir dali ele se converteu em símbolo, não só de resistência pretérita, como também de luta no tempo presente pela reafirmação da herança afro-diaspórica e busca de um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica e cultural (ARRUTI, 2008).

Assim, o autor aponta que ao afirmar a existência de uma comunidade quilombola, significava detalhar um objeto de repressão, sem a necessidade de se conhecer de fato a comunidade em suas singularidades. Da mesma forma, segundo Arruti,

A largueza do arco de situações concretas a que tal definição deu ensejo está apenas começando a ser revelada por uma historiografia recente e de grande capacidade de renovação. Ao lado do modelo típico do quilombo como Estado Africano no Brasil, composto de milhares de pessoas organizadas em diferentes aldeias, munidas de exército e realizando uma oposição sistemática à ordem vigente, vão emergindo situações tão diferentes quanto os pequenos grupos nômades, que viviam do assalto às senzalas, os grupos extrativistas, os pequenos produtores de alimentos que habitavam a periferia das cidades e realizavam comércio sistemático com os comerciantes da cidade (REIS; GOMES, 1996) e até mesmo as Casas de Angu, Zungús ou “Casas de quilombo”, que ocupavam o centro da própria cidade imperial em pleno século XIX (SOARES, 1998). Locais de encontro de escravos de ganho ou fugidos, onde eles se reuniam para comer, descansar, praticar religião, trocar ou esconder mercadorias roubadas, tais formações urbanas nos servem de exemplos especialmente úteis da plasticidade do próprio conceito histórico de quilombo: vistas como foco de desordem em pleno centro da capital imperial e vigiadas ou assaltadas ao longo de todo o século XIX, elas eram também relativamente toleradas pelas classes dominantes, devido ao seu papel na manutenção do precário equilíbrio daquela complexa ordem urbana (ARRUTI, 2008, p. 318).

Com a república, o termo quilombo sofreu diversas ressemantizações, quando deixa de ser utilizado apenas como significado de repressão e passa a ser metafórico nos discursos políticos, como signo de resistência (ARRUTI, 2008). Diante desse processo, Arruti apresenta três formas distintas de como os quilombos passam a ser compreendidos:

A primeira delas fala do quilombo como “resistência cultural”, tendo como tema central a persistência ou produção de uma cultura negra no Brasil. O tema está em pauta desde 1905, quando Nina Rodrigues, pela primeira vez, caracterizou Palmares como uma forma de persistência da África no Brasil. [...] O segundo plano de ressemantização do quilombo passaria pela sua vinculação à resistência política, servindo de modelo para se pensar a relação (potencial) entre classes populares e ordem dominante. Neles a referência à África é substituída pela referência ao Estado ou às estruturas de dominação de classe e o quilombo (em especial Palmares) serve para pensar as formas potencialmente revolucionárias de resistência popular. [...] O terceiro plano de ressemantização do quilombo é operado pelo movimento negro que, somando a perspectiva cultural ou racial à perspectiva política, elege o quilombo como ícone da “resistência negra”. Apesar de ser possível identificar tal apropriação desde a década de 1950, com o jornal negro O Quilombo, de iniciativa de Abdias do Nascimento, ela só se tornaria sistemática ao longo dos anos de 1970, com a redescoberta de Palmares (ARRUTI, 2008, p. 318-320).

Segundo esta concepção os quilombos seriam caracterizados apenas por:

1) a fuga; 2) uma quantidade mínima de fugidos; 3) o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos de uma “natureza selvagem” que da chamada civilização; 4) moradia habitual, referida no termo “rancho”; 5) autoconsumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão de arroz (ALMEIDA, 1999, p. 14 - 15).

Segundo ALMEIDA (2002), essa conceituação sobre quilombo tem sua origem no século XVIII, nas formulações do Conselho Ultramarino de 1740, que define quilombo como *“toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”* (ALMEIDA, 2002, p. 47). Baseando-se em cinco elementos, apresentados pelo autor:

(...) o primeiro é a fuga, isto é, a situação de quilombo sempre estaria vinculada a escravos fugidos. O segundo é que quilombo sempre comportaria uma quantidade mínima de “fugidos”, (...). O terceiro consiste numa localização sempre marcada pelo isolamento geográfico, em lugares de difícil acesso e mais perto de um mundo natural e selvagem do que a chamada “civilização”. (...) O quarto elemento refere-se ao chamado “rancho”, ou seja, se há moradia habitual, consolidada ou não, enfatizando as benfeitorias porventura existentes. E o quinto seria essa premissa: “nem se achem pilões nele”. (...) O pilão, enquanto instrumento que transforma o arroz colhido em alimento, representa o símbolo do autoconsumo e da capacidade de reprodução (ALMEIDA, 2002, p. 48).

Para Leite (2000), o que se prevaleceu foi a concepção de quilombo como um território de um povo guerreiro, juntamente com a ideia de isolamento e de autossuficiência. Assim, quilombo refletia o termo de marginalidade. Entretanto, era um local no qual essas pessoas buscavam abrigo e proteção diante de uma sociedade que não os amparava e que não tinham nenhuma alternativa para sobreviverem.

Assim, o conceito que antes era imposto de forma a reprimir e penalizar os negros escravizados que fugiam de seus senhores, passa a adentrar por uma nova categoria que buscava o reconhecimento desses sujeitos. Assim, vemos um deslocamento de um conceito antes repressor, de que quilombo estava ligada a sobrevivência e reminiscência para ser compreendido como comunidades quilombolas de hoje e constituírem sua autonomia histórica. (ALMEIDA, 2011, p. 64). “O conceito de quilombo não pode ser territorial apenas ou fixado em um único lugar geograficamente definido, historicamente ‘documentado’ e arqueologicamente ‘escavado’” (ALMEIDA, 2011, p. 45).

Assim, no texto constitucional,

[...] utiliza-se o termo ‘remanescente de quilombo’ que remete à noção de resíduo, de algo que já se foi e do qual sobraram apenas algumas lembranças. Esse termo não corresponde à maneira que os próprios grupos

utilizavam para se autodenominar nem tampouco ao conceito empregado pela antropologia e pela História (LEITE 2000, p.341).

Dessa forma, analisando as orientações das políticas públicas para essa população, Arruti (2009) aponta que na Constituição de 1988 prevaleceu uma temática unicamente cultural fortalecida no artigo 216, que aborda as questões de tombamento dos documentos relativos à história dos quilombos. Dessa maneira, a problemática referente à questão fundiária foi relegada às Disposições Transitórias em seu artigo 68. O autor ainda aponta que a partir do ano de 2003, o Estado brasileiro mudou sua postura em relação as comunidades quilombolas, incorporando diversas políticas públicas que buscam o reconhecimento dessas comunidades como um segmento singular da sociedade brasileira.

A partir da Constituição brasileira de 1988, o quilombo adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro (O'DWYER, 2002, p.13).

Outro ponto a se destacar, é que antes da Constituição Federal de 1988, se negava toda a diversidade cultural da população brasileira, pois o objetivo era homogeneizá-la, buscando assim através de um processo de eugenia, a identidade brasileira. Porém, com a consolidação, em 1988, de “direitos étnicos” enquanto garantias constitucionais, temos o início do reconhecimento e a consolidação do acesso aos direitos dessas populações.

Assim, começa-se a classificação nas legislações brasileiras dos “quilombolas”, “indígenas”, “povos e comunidades tradicionais”, entretanto, ainda marcadas por categorias essa nomeação ainda possuem caráter classificatório de definição e redefinição da alteridade, com desdobramentos na emergência de novos sujeitos políticos organizados (ARRUTI, 2006, p. 51-53).

(...) quilombo expressa a dimensão política da identidade negra no Brasil ou ele é uma nova redução brutal da alteridade dos diferentes grupos que sob este prisma teriam que se adequar a um conceito genérico para novos propósitos de intervenção e controle social (LEITE, 2000, p. 343).

Segundo Leite (2000) uma nova concepção de quilombos surge sob uma perspectiva relacionada ao lugar social desses indivíduos, o que levou esses sujeitos a se autoafirmarem e se identificarem de acordo com suas vivências, saberes, cultura. Como indica a autora O'Dwyer: “Através da memória coletiva, esse grupo elaborou sua própria noção de quilombo, que deve ser reconhecida como “outro modo de conhecimento”, fundado numa experiência

histórica específica e usado segundo critérios de validade próprios ao grupo” (O’DWYER, 2002, p. 30).

Dessa forma, essas comunidades adquirem um outro significado, os militantes o enxergam como um elemento aglutinador, que aponta as mudanças ocorridas ao longo da história, como expressa e sustenta a afirmação de uma identidade negra que ainda se encontra fragmentada em decorrência do processo brasileiro após a abolição da escravatura. (LEITE, 2000, p. 340). A nova forma de vislumbrar o termo quilombo, busca uma forma de reparação de algum modo aos ataques sofridos pelos negros (LEITE, 2000).

Sendo assim, o conceito de quilombo na atualidade é o mais importante para se compreender a situação política dessas comunidades, Almeida (2002) reforça que esta posição é um diferencial para se pensar a educação. O ato de se reconhecer como quilombolas, de se enfrentar o sistema e as atitudes opressivas, é, portanto, um ato de aquilombar-se, de se fortalecer contra os processos discriminatórios e seus efeitos. Assim, entender o que é quilombo, é discutir a parte da cidadania negada a população negra e seus descendentes (LEITE, 2000, p. 349).

O termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelado mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (O’DWYER, 2002, p. 18).

Apenas no ano de 1995, que o artigo 68 da Constituição Federal de 1988, começa a aplicar e discutir os direitos dos chamados “remanescentes das comunidades dos quilombos” (ARRUTI, 2006). Com Decreto 4.887 de 20/11/2003 e da Instrução Normativa nº 20/2015 do INCRA inicia-se a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro imobiliário das terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas.

Com a Constituição de 1988 foi garantido o direito à propriedade aos remanescentes quilombolas através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que afirma: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Já o decreto presidencial 4.887/2003 foi regulamentado o procedimento para Identificação, Reconhecimento, Delimitação, Demarcação e Titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, devido toda a sua trajetória, história própria e a comprovada opressão histórica sofrida por seus ancestrais.

Importante lembrar que o decreto presidencial 4.887/2003 apesar de ter sido criado juntamente com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), sofreu ataques perante o Supremo Tribunal Federal, com a alegação de ser inconstitucional. O Partido da Frente Liberal, atual Democratas por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.229 questionou a legitimidade do decreto presidencial 4.887/2003.

O que demonstra que ainda vivemos em um processo de disputa, no qual os interesses da “elite colonizadora” buscam constantemente deslegitimar as ações que envolvem as narrativas e direitos dos quilombolas. O que demonstra que é preciso pensarmos na amplitude do conceito de quilombo, compreendendo que ele não se refere apenas a identidade das pessoas, mas a própria inclusão desses sujeitos na sociedade brasileira.

Temos ainda, o Programa Brasil Quilombola, criado pelo Governo Federal foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), tendo como meta implementar diretrizes fundamentais da ação governamental, enquanto política de Estado, para áreas de remanescentes, com ênfase na participação da sociedade civil.

Assim definindo quilombos, como territórios de resistência cultural e deles são remanescentes os grupos étnicos raciais que assim se identificam. Com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a luta à opressão histórica sofrida, eles se autodeterminam comunidades negras de quilombos, dados os costumes, as tradições e as condições culturais e econômicas específicas que se distinguem de outros setores da coletividade nacional (BRASIL, 2004, p. 6).

Um ponto a se levantar é que apesar de diversas políticas que visem garantir os direitos dos quilombolas, temos como um dos principais problemas nesta luta, o processo de deslegitimação que ataca os territórios das comunidades. A cada dia essas ameaças se tornam mais reais, uma vez que a política do atual governo do Brasil, desvaloriza toda a cultura quilombola e indígena, sempre com o objetivo de tirar a sua visibilidade e acesso as políticas públicas.

Por diversas vezes, o atual presidente Bolsonaro realizou promessas aos ruralistas e demonstrou o seu total descaso a frente das políticas que envolvem essa população. Disse inclusive que em seu governo não haveria terra demarcada. O que pode ser comprovado, com a aprovação da PL 490/2007 no dia 23/06/2021, que alterou a legislação da demarcação de terras indígenas.

Essa aprovação coloca em risco diversas comunidades indígenas no Brasil e causa ainda mais preocupação nas comunidades quilombolas, que passam a não ter a garantia se conseguirão manter suas terras no atual governo, ou se surgirá um novo projeto, uma nova lei que irá colocar em risco todas essas comunidades. Pois, o próprio presidente já disse em 2019 que os territórios quilombolas atrapalham a produção e a exportação, quando falou sobre as restrições da preservação ambiental.⁴

Além disso, estamos em meio a uma pandemia, na qual mesmo tendo os grupos quilombolas como prioritários na vacinação, tivemos a falta de medidas emergenciais efetivas o que agravou os efeitos dos vírus nesses grupos. Pois, por não terem acesso a serviços de saúde adequados, precisam percorrer uma longa distância para serem atendidos.

Temos ainda a situação de muitos grupos que vivem do turismo e com a pandemia do novo coronavírus tiveram a redução de suas visitas, o que aumentou ainda mais a vulnerabilidade das comunidades, que ficam sem recursos financeiros para sobreviverem.

Mais do que nunca é preciso discutir a legislação brasileira no que se refere a população negra, sua cultura e preservação, reivindicar as políticas direcionadas a esses grupos a fim de garantir a efetivação desses direitos. Não podemos mais ignorar o fato de que as comunidades remanescentes quilombolas são grupos étnicos que possuem saberes, vivências e memórias que fazem parte da história desse país.

O discurso do colonizador que busca desmerecer todas as contribuições desses grupos e que tentam o tempo todo deslegitimar essas políticas, precisa ser enfrentado por meio de uma educação que de fato valorize toda essa história.

⁴ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/estao-acabando-com-brasil-diz-bolsonaro-sobre-restricoes--da-preservacao-ambiental-23881657>>. Acesso em: 18 Jun. 2021.

2.2 ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Os debates sobre a promoção da igualdade das relações étnico-raciais nas escolas, surgiram após reivindicações históricas de grupos e pessoas de vários movimentos, que por muito tempo buscaram mostrar a necessidade da implementação de políticas que efetivassem os direitos da população negra.

Como a Frente Negra Brasileira (FNB), que surge no ano de 1931, sendo reconhecido como partido político em 1936 que tinha como objetivo combater ao racismo no Brasil e promover melhorias nas condições de trabalho, saúde e educação para a população negra do país. Porém, após o golpe de 1937, passou a se chamar Sociedade Negra Princesa Isabel e no ano de 1938 ficou conhecido como União Negra Brasileira, sendo declarado ilegal foi fechado no mesmo ano.

Outro grupo importante no movimento negro foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado por Abdias do Nascimento, no ano 1944 que buscava dinamizar a consciência da negritude brasileira, sendo assim uma forma de resistência cultural. Ele criou também o jornal do Quilombo que denunciava a discriminação racial em todo o Brasil.

Visando a compreensão das características da educação quilombola, destacamos algumas pesquisas que se organizaram da seguinte maneira: práticas pedagógicas, políticas educacionais e currículo. Todas as pesquisas selecionadas englobam as três temáticas que mais apareceram nas pesquisas: identidade, território e memória. O objetivo é compreender as características da educação em uma comunidade quilombola.

Miranda (2012), em sua pesquisa apresentada no GT21 na 34ª reunião nacional da ANPED, intitulada *Educação escolar quilombola em minas gerais: entre ausências e emergências*, problematizou a inserção da modalidade de educação quilombola no âmbito das políticas de educação. A pesquisadora aponta que a implantação da modalidade de educação quilombola insere-se numa trajetória de discussões no campo educacional iniciada ainda na década de 1980 e marcada por alto grau de mobilização em torno da reconstrução da função social da escola.

Oliveira (2017), em sua dissertação intitulada *Práticas corporais e os fazeres pedagógicos: perspectivas da educação escolar quilombola*, elaborada no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, trouxe como interesse de pesquisa o apreender a Educação Escolar Quilombola, enquanto modalidade de ensino. A pesquisadora

compreende que a educação quilombola deve considerar aspectos importantes em sua prática pedagógica, como: fundamentar-se e alimentar-se de práticas culturais, de narrativas orais, da memória da comunidade quilombola, de seus festejos, dentre outros; ou seja, mediar o saber escolar com os saberes advindos da cultura local. Sendo assim, a autora tinha como objetivo compreender como a escola quilombola lida com as práticas corporais dos educandos nas manifestações da dança, do jogo, do esporte, das brincadeiras, no projeto político pedagógico e em suas práticas pedagógicas cotidianas.

Rodrigues (2017), com a dissertação intitulada *A Educação Quilombola na Comunidade Colônia do Paiol - Bias Fortes (MG)*, organizada no Programa de Pós-graduação Universidade Federal de Juiz de Fora, partiu do interesse de compreender como vinha sendo pensada e executada a educação na Escola Municipal Prefeito Joaquim Ribeiro de Paula, localizada na Colônia do Paiol, e sua relação com a comunidade. O pesquisador apontou que diversas são as políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, porém, são grandes os desafios para acessá-las.

O autor aponta a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na escola básica. Porém, cita que essas diretrizes ainda não eram reconhecidas e incorporadas pelo município de Bias Fortes-MG, tanto na proposta pedagógica para a escola, quanto no Plano Decenal Municipal de Educação (PME).

Além de abordar as políticas educacionais, a pesquisa trouxe outros temas como a questão da luta histórica pelo território da Colônia do Paiol e como a Educação Quilombola se estabelece como mecanismo de reivindicação e empoderamento para além da comunidade. A pesquisa permitiu concluir a forma como a comunidade vem repensando a escola e problematizando a condução da política municipal, tornando-se protagonista nas decisões que envolvem os seus interesses.

Souza (2015), em sua dissertação intitulada *Educação escolar quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular*, elaborada no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia teve como foco a educação quilombola e se norteou pelos princípios da etnopesquisa crítica. A pesquisa de campo se desenvolveu no quilombo Barreiro Grande, localizado no município de Serra do Ramalho/BA, num processo de interlocução com seus moradores e trazendo a cultura local e os saberes tradicionais para o campo da educação escolar. A pesquisadora buscou evidenciar as formas de ensinar e aprender dos quilombolas, ou seja, as pedagogias quilombolas, como elementos primordiais para a construção de um currículo escolar quilombola.

A autora aponta em sua pesquisa que a educação escolar quilombola precisa ser vista como indissociável da realidade local e deve manter um diálogo com a cultura, a diversidade, a identidade, os conhecimentos, de modo a realizar a tão necessária ligação entre escola e comunidade, respeitando as diferenças e incorporando os saberes produzidos em suas práticas sociais. Dessa forma, a pesquisadora aponta que a construção de um currículo quilombola é possível quando incorporar os atos de currículo dos povos e comunidades quilombolas, desenvolvendo etnocurrículos implicados e multirreferenciados.

Santos (2017), em sua dissertação intitulada *Educação Quilombola e Contemporaneidade: um estudo em diálogo com a Escola Municipal do Quilombo do Campinho*, apresentada no Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, teve como propósito fornecer dados sobre a temática emergente quilombola, em especial, a educação escolar quilombola no Quilombo do Campinho da Independência, Paraty-RJ.

A autora partiu de uma leitura sobre o significado de quilombo na atualidade, os conflitos que envolvem a questão da Terra e da identidade quilombola. A partir das legislações oficiais vigentes, a saber: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases, a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012).

A pesquisadora buscou analisar as disputas e tensionamentos percebidos no cotidiano da comunidade, entendendo que uma das principais características das comunidades tradicionais quilombolas é que sua existência está historicamente vinculada à luta pela defesa de seus direitos, repetidamente negados ao longo da história do Brasil. A autora aponta ainda, que ao afirmarem a identidade quilombola, a comunidade resgatou as garantias de acesso a equipamentos públicos, e proporcionou formas legítimas de exigir uma educação pública que contemple as suas especificidades.

Carvalho (2016), com a dissertação intitulada *Educação escolar quilombola na Comunidade Baixio - Barra do Bugres/MT: avanços e desafios*, do programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, teve como principal objetivo analisar em que medida, e como, a Escola Estadual José Mariano Bento realiza um projeto pedagógico alinhado com a história das comunidades do território quilombola Vão Grande.

O trabalho discorreu sobre as políticas públicas relacionadas a educação escolar quilombola, sobre o território quilombola e os desafios no chão da escola. A pesquisa apontou que apesar das diversas dificuldades que a comunidade enfrenta, eles continuam buscando efetivar ações pedagógicas alinhadas com a história do território quilombola Vão Grande.

Um dos artigos publicados na Revista da ABPN, trouxe a seguinte pesquisa, *Educação escolar quilombola: processos de constituição e algumas experiências*, nela Nunes (2016) discorrer sobre a historicidade das lutas por direito à educação específica para as comunidades quilombolas, apontando que essa luta está vinculada à reivindicação histórica por regularização fundiária do seu território.

O artigo reuniu também, algumas experiências que se articulavam com pesquisa, ensino e extensão e que foram realizadas, principalmente, na região sul do Brasil. O objetivo foi remeter as vivências quilombolas nas discussões acerca de concepção de escola, currículo, formação docente e produção de material didático específico para quilombos. Entendendo a importância de uma educação que leve em consideração as características próprias das comunidades remanescentes quilombolas.

Perez (2011), apresentou ao GT 21 na 34ª reunião nacional da ANPED, a seguinte pesquisa *O ensinar e o aprender do jongo em comunidades quilombolas: a maestria dos jongueiros Cumba*, discutiu sobre a existência de um imaginário negativo com relação à população e à cultura negra, que privilegia a cultura europeia, ocidental e branca e hierarquiza os saberes desses grupos com relação aos saberes de outros grupos marginalizados e excluídos dentro da sociedade.

A pesquisadora traz a informação de que os saberes e conhecimentos presentes nas comunidades quilombolas inexistem no currículo, nas disciplinas, nos projetos pedagógicos e nos valores partilhados no universo escolar. Apesar de tantos esforços para a implementação da Lei Nº10.639/03 e da Lei Nº 11.645/08 e que ainda predominam iniciativas descontinuadas e que não conduzem à superação da hierarquização entre saberes. A autora aponta que:

Quando falamos de comunidades quilombolas devemos compreender que a posse da terra, a cultura e a educação desses grupos estão intimamente relacionadas. Desse modo, quando os afro-descendentes se organizavam comunitariamente em um determinado território, eles não estavam apenas resistindo à escravidão, eles estavam resistindo também pela sua vida, pela sua existência e pela sua cultura, portanto ensinar às futuras gerações os cantos, as danças, o sentimento com relação ao sagrado, era continuar a existir mesmo depois da morte, era projetar e lançar à frente o que havia permanecido vivo nele de África, e necessitava que fosse adiante para além de uma existência momentânea, para além das condições adversas em que a sua própria sobrevivência encontrava-se ameaçada, a cultura de um grupo, o sentido comunitário e o sentimento de pertença extrapolam uma passagem temporal da vida de um único ser humano. É um projeto coletivo, [...] que é ao mesmo tempo profundamente individual e pessoal, cada um passa por seus próprios processos e pelas suas próprias percepções para ir se construindo enquanto pessoa, enquanto ser humano. A música, a dança, a memória e os elos com o passado vão construindo uma dignidade, honradez e segurança no próprio fluxo e ritmo da vida (PEREZ, 2011, p. 03, 04 e 08).

Outro artigo publicado na Revista da ABPN, fala sobre a importância da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) nos estabelecimentos de ensino situados em áreas remanescentes de quilombos. A pesquisadora, Reis (2016) trouxe alguns dados do Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2014, voltando o olhar para alguns dispositivos legais que tratam da educação na perspectiva diferenciada e articulada às relações raciais, como o Art. 26-A da LDB 9394/1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Plano Nacional de Educação, dentre outros.

A autora compreende que, para haver uma educação efetivamente diferenciada, é preciso considerar, valores das comunidades quilombolas, como tradições, memória, forma de trabalho, manifestações e expressões artístico-culturais, oralidade e as diversas maneiras de lidar com a terra.

Sendo assim, ao se falar de educação quilombola, as pesquisas apontam que a prática educativa precisa se apropriar das heranças culturais, festas, narrativas e memórias orais que essas comunidades possuem, assim a escola passa a mediar o saber escolar com os saberes locais.

Porém, um dos pontos observado nas pesquisas, é que apesar da implementação da Lei 10.639/2003, que foi um marco na educação brasileira tornando obrigatório o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira e a aprovação da Resolução nº8, de 20 de novembro de 2012 que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na escola básica, as comunidades quilombolas ainda lutam por políticas públicas educacionais que valorizem o contexto quilombola.

Com a Resolução nº 01/2004 foi estabelecido as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais que incluiu os conteúdos sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira no currículo, trazendo orientações sobre novas práticas e atitudes pedagógicas no processo de formação nacional.

Posteriormente, criou-se a modalidade de Educação Quilombola na Resolução nº 04/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, esse documento trouxe o conceito de que a educação escolar quilombola deve ser desenvolvida em unidades educacionais com uma pedagogia própria que respeite a diversidade étnico-cultural específica de cada comunidade.

Os trabalhos de uma maneira geral concluem que a escola quilombola deve ser uma instituição que preserve a cultura das comunidades quilombolas dando visibilidade as relações dos seus sujeitos com a sua própria cultura e identidade, no contexto social mais amplo.

Os avanços voltados para a população negra com a homologação da Lei 10.639/03 trouxe não só transformação e ressignificação as escolas, mas também integrou os direitos dessa população. Seguidos a esses movimentos, temos os direitos dos remanescentes quilombolas fortalecidos com a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, uma vez que passa a ser fortalecido as Diretrizes Nacionais para a Educação Quilombola.

Para a professora Gomes (2011), em seu artigo Educação, relações Étnicos-raciais e a lei 10639/03, publicado no site A cor da Cultura, ela destaca o seguinte:

O percurso de normatização decorrente da aprovação da Lei nº 10.639/03 deveria ser mais conhecido pelos educadores e educadoras das escolas públicas e privadas do país. Ele se insere em um processo de luta pela superação do racismo na sociedade brasileira e tem como protagonistas o Movimento Negro e os demais grupos e organizações partícipes da luta antirracista (GOMES, 2011, p. 1).

Apesar desses avanços citados pela autora, ressalta-se que ainda não conseguimos a “ressignificação” das escolas, mesmo com a homologação da Lei 10.639/2003. A lei exige que seja pensado uma descolonização dos currículos, automaticamente ocasionando uma mudança na prática pedagógica. Entretanto, para que haja a superação do eurocentrismo nas escolas, é preciso que ocorra uma melhor formação inicial docente juntamente com uma formação continuada.

Como a autora destaca, essa superação parte inclusive do movimento negro, já que ele é essencial na luta pelo reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas, pois “(...) teve importância central para a entrada do tema do direito quilombola na Constituição de 1988, pois o direito ao território para as comunidades negras estava no leque de demandas dos movimentos sociais negros” (GOMES; CARDOSO, 2011, p. 4). Esses movimentos, constroem uma própria pedagogia que tensiona a pedagogia escolar, que se baseia em uma visão eurocêntrica, e com isso, temos no centro dessa tensão, o sistema educacional, mas propriamente a escola.

Cabe lembrar, que é a escola é socialmente responsável pela transmissão e pela socialização do conhecimento. os docentes precisam ter uma formação adequada para esta temática, observando sempre os princípios constitucionais e as orientações para a Educação Básica Brasileira. Apesar do conceito de educação quilombola ter aparecido no ano de 2010,

ela só foi regulamentada no ano de 2012 pela Resolução nº 08/2012 que traz em seu Art. 7º a seguinte definição:

A Educação Escolar Quilombola rege-se nas suas práticas e ações político-pedagógicas pelos seguintes princípios:

I - direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade;

II - direito à educação pública, gratuita e de qualidade;

III - respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;

IV - proteção das manifestações da cultura afro-brasileira;

V - valorização da diversidade étnico-racial;

VI - promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

VII - garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social das comunidades quilombolas;

VIII - reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais;

XIX - conhecimento dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas;

X - direito ao etnodesenvolvimento entendido como modelo de desenvolvimento alternativo que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida;

XI - superação do racismo—institucional, ambiental, alimentar, entre outros e a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial;

XII - respeito à diversidade religiosa, ambiental e sexual;

XV - superação de toda e qualquer prática de sexismo, machismo, homofobia, lesbofobia e transfobia;

XVI - reconhecimento e respeito da história dos quilombos, dos espaços e dos tempos nos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem e se educam;

XVII - direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;

XVIII - trabalho como princípio educativo das ações didático-pedagógicas da escola;

XIX - valorização das ações de cooperação e de solidariedade presentes na história das comunidades quilombolas, a fim de contribuir para o fortalecimento das redes de colaboração;

XX - reconhecimento do lugar social, cultural, político, econômico, educativo e ecológico ocupado pelas mulheres no processo histórico de organização das comunidades quilombolas e construção de práticas educativas que visem à superação de todas as formas de violência racial e de gênero (BRASIL, 2012).

Nas práticas escolares vemos o discurso eurocêntrico se fortalecendo no próprio livro didático, o livro omite todo o processo histórico e cultural, os movimentos de resistência, os personagens negros que fizeram parte da luta pelo reconhecimento de seus direitos.

Não há uma valorização do cotidiano e das experiências do povo negro, dos segmentos subalternizados, como a mulher, a mulher negra, o negro, o índio, as comunidades tradicionais. Essa ausência da história negra, demonstra mais uma vez o processo de inferiorização e estereotipização que a população negra sofre em nosso país, ausência essa, que afeta e fragmenta a autoestima, o reconhecimento de si e assim como a construção da sua própria identidade.

Diversas políticas públicas foram organizadas pelo Governo Federal no período de 2003 a 2015, a fim de atender essa mudança nos livros didáticos. Livros didáticos foram enviados para as escolas visando desde a formação dos professores até para a utilização dos alunos. Houve uma atenção especial para as comunidades quilombolas nesse envio.

Tivemos ainda, a criação da Resolução CD/FNDE nº 40/2011, a ação chamada PNLD/Campo buscou a aquisição e distribuição de coleções didáticas específicas para os alunos e professores, tendo como conteúdos curriculares a interação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos da própria comunidade.

O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), instituído pelo Decreto nº 7.352/2010 e pela Portaria nº 86/2013, trabalhou com ações de formação inicial e continuada dos professores através dessa distribuição de material específico. Dentro do programa existe um eixo próprio para as comunidades remanescentes quilombolas, denominado “quilombola e de tradições culturais.

Já a Ação Escola da Terra, que foi criada pela Portaria nº 579/2013 busca oferecer a formação continuada aos professores das Redes Estaduais e Municipais, incluindo as comunidades quilombolas que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental em turmas multisseriadas ou seriadas.

Com a política de material didático para a Educação Escolar Indígena e Quilombola, foi fomentada a criação de distribuição de materiais didáticos específicos para a educação escolar indígena e quilombola, além de promover a capacitação dos professores para utilizarem esse material criado. O objetivo era que a metodologia considerasse a identidade, a história, os valores e a cultura dessas comunidades.

Entretanto, a partir de 2016, com o golpe que a então presidente constitucional Dilma Rousseff sofreu, iniciamos uma fase de retrocesso da democracia no país,⁵ principalmente nas políticas para as comunidades quilombolas uma restauração da invisibilidade desses grupos.

⁵ Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/559602-golpe-de-2016-e-o-maior-retrocesso-da-democracia-no-brasil-desde-1964>>. Acesso em: 26 Jun. 2021.

Não estamos aqui, falando que apenas o livro didático é o que transmite esse contexto, mas cabe ressaltar que ele tem uma grande participação nessa marginalização histórica que a população negra sofre no Brasil. Contudo é ele que, pelo caráter de “verdadeiro”, pela importância que lhe é atribuída, pela exigência social do seu uso, reproduz para no aluno um conceito como verdadeiro e projeta não só na criança, mas nos jovens e adultos uma realidade distorcida e excludente.

O processo de desculturação da escola diante da cultura africana e afro-brasileira, os conteúdos transmitidos, nega, oculta, desvaloriza, endemonizados saberes e as vivências da população negra. A escola em seu processo de construtora de opiniões, deixa de formar uma consciência crítica e Ética, e contribui para as práticas excludentes. O ensino da cultura africana e afro-brasileira, antes de tudo, busca desconstruir esses “pré-conceitos” que por anos são passados pelo sistema educacional brasileiro.

Conforme Munanga:

Os preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais dos alunos entre si e de alunos com professores, e continua. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos nele introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico para discutir a diversidade (MUNANGA, 2008, p. 13).

Na visão de Gomes (2005, *apud* Munanga, 2005), a escola precisa se desfazer da mentalidade racista e discriminatória, buscando reestruturar as relações étnico-raciais e sociais positivas, concordamos com a autora no ponto:

Segundo a autora, na educação escolar quilombola não cabe estandardizar as crianças no quilombo, o olhar deve ser diferente e para realidades diferentes, porém este olhar não deve ser de indiferença, a educação escolar quilombola deve privilegiar as singularidades e a partir desses pressupostos organizarem os métodos de ensino criando possibilidades de expressão das identidades étnicas (GOMES, 2005, p. 148).

A autora aponta que para a escola avance deve-se levar em consideração não só a realidade social e os saberes escolares, mas também toda a diversidade étnico-cultural. Os professores precisam entender a diversidade existente no processo educacional, sejam as diferenças de gênero ou étnicas, sejam elas culturais ou nas relações sociais.

Para isso, a educação precisa garantir uma formação continuada adequada aos seus educadores, criando políticas públicas que forneça subsídios para a efetivação de um trabalho pedagógico que valorize toda essa diversidade. Para Gomes (2005), é preciso estabelecer qual

a relação entre a comunidade escolar e a comunidade quilombola. Assim, Gomes (2005, *apud* Munanga, 2005) propõe que:

Para que a escola consiga avançar entre os saberes escolares/realidade social diversidade étnico-cultural é preciso que os educadores compreendam o ponto de partida dos alunos e que estes não começaram do zero. É necessário considerar o percurso de saber feito pelos alunos antes de chegarem à escola, este caminho é feito com a família no saber fazer (MUNANGA, 2005, p. 148)

A cultura da qual nos alimentamos cotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que apesar de condições desiguais nos quais se desenvolvem, contribuíram cada um do seu modo, na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p. 16).

As escolas estão imersas em rituais, rituais que vão desde o toque do sino até a saída para a merenda, o próprio “brincar da criança” está pedagogicamente estruturado, não se valoriza o diálogo, a partilha, as tradições, os saberes, o brincar. Temos uma instituição escola que aprisiona não só os corpos, mas as mentes, pois busca um processo de classificação e competição entre os sujeitos, ao invés de um fortalecimento dos saberes e das trocas.

Essa realidade se agrava ainda mais quando estamos dentro de uma instituição escolar que pertença a uma comunidade quilombola. Será que de fato esses saberes são valorizados? E se são valorizados como isso ocorre? Quais os rituais de vínculo e de aprendizagem que acontece dentro dessas escolas e como isso é visto pela comunidade?

Comprendemos com esse levantamento que a educação quilombola precisa estar inserida dentro da escola e que na escola precisa existir uma consciência dos rumos a serem tomados em prol de uma educação coletiva e que valorize os saberes da comunidade.

Um caminho para isso, é a busca pelo processo formativo dos docentes que irão atuar junto com as crianças na comunidade, desde a sua formação inicial até a formação continuada. Esse profissional precisa ser capacitado e compreender o que torna uma comunidade, uma comunidade remanescente quilombola. É preciso esquecer os “pré-conceitos” do quilombo no período colonial e pensar em uma educação que abranja essas comunidades no contexto atual.

Os saberes ancestrais que são perpassados pela tradição oral precisam ter nas escolas um valor social que busque valorizar os modos de vida desses sujeitos e que contribuam para a formação dessas crianças. Paulo Freire afirma que a “leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989), ou seja, o educador precisa levar em consideração a história de vida dessas crianças e da comunidade, precisa entender que por meio dessas vivências e

experiências é possível um trabalho pedagógico que de fato desenvolva de forma plena esses alunos.

Esse percurso pedagógico irá se fortalecendo através da geração de uma consciência comunitária e partilhada, da compreensão da tradição oral e do fortalecimento com os vínculos com a ancestralidade e com a identidade desses sujeitos. Assim, será possível pensar em caminhos pedagógicos que de fato venham a contribuir para a formação dessas crianças, sem que isso altere seus modos de viver.

2.3 ESTUDOS SOBRE O QUILOMBO SÃO JOSÉ DA SERRA E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO QUILOMBO SÃO JOSÉ DA SERRA

Valença é o segundo maior município em extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro, possuindo 06 distritos: Valença, Conservatória, Barão de Juparanã, Pentagna, Santa Isabel do Rio Preto, e Parapeúna. Possui uma população aproximada de 71.843 (IBGE, 2010). A região vive do turismo, do centro universitário, do polo fabril e da produção agrícola, pecuária de bovinos e indústria de laticínios.

A região era habitada pelos indígenas Coroados (Araris e Puris), sendo elevada a freguesia de Nossa Senhora da Glória de Valença por Carta Régia de 19 de agosto de 1807. A medida que os colonizadores iam avanço em seus territórios, os indígenas foram desaparecendo da região, e em 1823, Valença foi elevada à condição de vila.

No ano de 1826, foi instalado o município de Valença, tendo seu nome trocado para Marquês de Valença, conforme Decreto-lei Estadual n.º 1056 de 31 de dezembro de 1943, entretanto, não sendo muito aceito essa nova nomenclatura, volta-se a se chamar Valença em 22 de julho de 1959, com a lei estadual n.º. 3972.

A região ficou conhecida por sua grande produção cafeeira, a chamada princesinha da serra, cidades dos barões, viscondes e marqueses. No ano de 1873, 70% da população valenciana era composta por pessoas escravizadas, chegando a cerca de 27 mil pessoas na época, o município era o maior em números de seres humanos escravizados em toda a Serra Fluminense, e o segundo maior da província do Rio de Janeiro, depois de Campos.

Figura 02 – Mapa do Município de Valença no Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Google Imagens

A grande produção cafeeira concedeu à região do Médio Paraíba do Sul o título de Vale do Café⁶, a região é compreendida pelos municípios: Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Piraí, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Porto Real, Pinheiral e Volta Redonda. E está situada entre a Serra do Mar e na Serra da Mantiqueira. A região é cortada pelo maior rio do estado do Rio de Janeiro, o Paraíba do Sul.

Valença possui a comunidade remanescente quilombola mais antiga do estado do Rio de Janeiro dentre um conjunto de 35 comunidades (IBGE, 2010), a comunidade negra remanescente do Quilombo da Fazenda São José da Serra, existente há pelo menos 150 anos, formada por uma grande família de cerca de 200 descendentes de dois casais: Tertuliano e Miquelina / Pedro Cabinda e Militana, escravizados que foram trazidos para o Brasil. Acredita-se que as origens desses ancestrais advêm da etnia banto, vindos do Congo, Angola e Moçambique. Localizada cerca de 50 quilômetros do centro do município de Valença e de 15 quilômetros da sede do distrito de Santa Isabel do Rio Preto.

Reis (2015), em sua dissertação intitulada *O Vale do Paraíba e o tempo presente: a produção de história pública na formação do grande público sobre a escravidão no Brasil*,

⁶Vale do Café é a denominação turística para o conjunto de 15 municípios do Vale do Paraíba do Sul Fluminense, localizado a cerca de 120 km da cidade do Rio de Janeiro. São eles: Barra do Piraí, Barra Mansa, Conservatória, E. Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta redonda, que na década de 1860 produziam 75% do café consumido no mundo e garantiam ao Brasil a condição de líder mundial na produção e exportação de café (<http://www.valedocafe.com/>).

elaborada no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, realiza uma pesquisa nas fazendas históricas do Vale do Paraíba fluminense como espaços de valor, buscou identificá-las como locais que em si possuem significados, seja pela importância que tiveram na região no século XIX, seja pelo trabalho que exercem no tempo presente através da organização de visitas guiadas que produzem narrativas sobre o passado histórico das fazendas. A pesquisadora partiu da organização de um projeto de visita guiada ao quilombo São José da Serra, em Valença/RJ, a fim de identificar o território quilombola como um espaço de luta, resistência e evidenciar o protagonismo exercido por africanos e seus descendentes escravizados.

Devido à proximidade regional entre as cidades de Pinheiral e Valença no estado do Rio de Janeiro e pelas duas comunidades possuírem a prática cultural do jongo, a primeira pesquisa que buscamos analisar foi a de Cunha (2018), em sua dissertação intitulada “*‘Eu vim saravá terra que eu piso’: a Casa do Jongo e o turismo comunitário em Pinheiral-RJ*”, desenvolvida no programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o objetivo principal, era fazer uma etnografia do Grupo Jongo de Pinheiral a partir das suas narrativas, visando compreender a percepção que os jongueiros têm da história de Pinheiral e conhecer as propostas atuais de desenvolvimento da comunidade para o turismo comunitário na localidade.

O autor ouviu diversas lideranças da região, dentre elas, Antônio do Nascimento, o Toninho do Canecão do Quilombo de São José em Valença-RJ. No início de sua pesquisa ele buscou apresentar essas trajetórias jongueiras, compreendendo esse território e suas práticas, ao final da pesquisa o autor apresenta Casa do Jongo a partir do olhar dos jongueiros que a consideram como o “lugar do acolhimento”.

Considerando que as comunidades remanescentes de quilombos possuem dimensões educacionais, sociais, políticas e culturais significativas com demandas específicas, faixa etária diferenciada e que ao mesmo tempo estão inseridas em um contexto social de rica formação cultural que possui bases internalizadas de conhecimentos historicamente acumulados por suas famílias.

Existe uma possibilidade de que este tipo de educação se inicie a partir de um movimento do interior da comunidade para fora dela. Se for uma escola específica, a construção dela também deveria ser. Ao mesmo tempo falamos de um lugar ancestral, no qual as crianças quilombolas são jovens como quaisquer outras e não estão alheios ao que se passa fora da comunidade.

Dentre os trabalhos encontrados sobre os estudos sobre a Comunidade do Quilombo São José da Serra e a Educação Quilombola, encontramos 03 trabalhos, sendo dissertação de mestrado e tese de doutorado.

No primeiro trabalho, com o tema: *Educação Escolar e Tradições no Quilombo São José da Serra-Valença/RJ: Um Encontro de Saberes na Perspectiva da Lei 10.639/03*, defendida na UFRRJ (Universidade Federal Rural Do Rio Janeiro) em 2018, por Maria Melo. O objetivo do trabalho foi identificar a articulação entre o processo educativo em uma escola situada em território quilombola e os diálogos curriculares com os saberes tradicionais da comunidade onde a escola está inserida.

Melo (2018) ocupou-se em analisar as confluências entre o processo de escolarização formal e os saberes tradicionais e modos de aprender no Quilombo São José da Serra, situado no município de Valença (RJ) na perspectiva de uma política curricular para a educação escolar quilombola, ancorada na Lei No 10.639/2003 que instituiu a obrigatoriedade dos conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos sistemas de ensino brasileiros, e na sua vasta legislação de implementação com ênfase nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, o Parecer CNE/CEB Nº 16/2012.

A pesquisadora buscou identificar a articulação entre o processo educativo em uma escola situada em território quilombola e os diálogos curriculares com os saberes tradicionais da comunidade onde a escola está inserida.

A autora concluiu que em uma sociedade estruturalmente racista, a escola não necessariamente por estar em território quilombola, pode ser exigida por implementar um projeto sem o apoio de outras instâncias da sociedade porque como um fenômeno estrutural, o racismo é articulado em rede e só pode ser combatido institucionalmente. O que reforçou a necessidade de implementação de políticas em rede para a promoção de uma agência antirracista de valorização da cultura africana, cultura brasileira e cultura quilombola na escola.

A segunda pesquisa, com o tema *Educação e Preservação Cultural o Papel da Escola em Comunidades Quilombolas do Estado Do Rio De Janeiro*, defendida na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) em 2014 por Figueiredo. Traz a trajetória histórica dos quilombos, mostrando a contribuição desta história para a cultura brasileira. Além disso, demonstra em sua conclusão como a escola se apresenta como uma instituição fundamental para a preservação da cultura das comunidades quilombolas dando visibilidade as relações dos seus sujeitos com a sua própria cultura e identidade, no contexto social mais amplo.

E por fim, a terceira pesquisa, uma dissertação de mestrado, defendida na UERJ (Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro) em 2017 por Louzada, sobre a *Educação Quilombola e Leituras Curriculares em São José da Serra. Identidades e Políticas Possíveis*. Esta pesquisa abordou temas como os processos históricos que deram origem ao quilombo e sua identidade numa complexa arena decolonialista que se insere no cotidiano escolar e seu currículo e sobre a administração municipal que o autor identifica como sendo uma arena que administra e regimenta a educação no quilombo, estabelecendo um currículo tradicional semelhante para toda sua rede de ensino.

O pesquisador aponta que a região possui uma identidade própria fortalecida pelas disputas fundiárias e pela resistência à opressão histórica e ao racismo (figura 3). Sobre a comunidade o autor aponta que os processos históricos que deram origem ao quilombo e sua identidade formam uma complexa arena decolonialista (GROSFOGUEL, 2008; QUIJANO, 2005), e que a administração municipal por sua vez é a arena que administra e regimenta a educação no quilombo e estabelecendo um currículo tradicional semelhante para toda sua rede de ensino.

Figura 03 – Localização do Quilombo São José



Fonte: Quilombos do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=12163>>. Acesso em: 10 Jul. 2019.

Já nas relações intra e extraescolares entre quilombo e município, Louzada (2017) aponta que essa relação se encontra relacionada ao público-alvo da escola, crianças

quilombolas atendidas no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, e constituindo a partir de sua identidade em formação uma arena em diálogo com a escola que não percebem enquanto agência de organização externa e o quilombo a que pertencem e vivem cotidianamente.

Ao final o pesquisador conclui, que essas arenas se apresentam não em disputa, mas em diálogo, mensurando uma forma curricular ambígua (tradicional e praticada), hora equivalente, hora enaltecida de uma prática sobre a outra fazendo que haja a partir das relações de troca e relações espaciais no quilombo, uma nova forma de educação quilombola evidenciando assim uma nova forma de se identificarem como quilombolas.

Rios e Mattos (2005) realizaram um levantamento sobre a história de constituição do quilombo São José da Serra, através dos relatos do Senhor Manoel Seabra e de sua irmã Zeferina Nascimento, tendo como objetivo traçar o processo de formação daquele lugar. Os dois relataram que seus pais nasceram na própria fazenda e que os seus avós paternos chegaram no local ainda escravizados. Segundo as autoras, o pai de Manoel e Zeferina nasceu ventre livre, chegou à fazenda quando ainda era bebê com seus pais vindos da Bahia.

De acordo com o Senhor Manoel, seu avô era pertencente da nação cabinda. Assim, os primeiros habitantes da localidade, trazidos para lavoura do café, foram Tertuliano e Miquelina, Pedro Costa Seabra e Militana Maria de Jesus.

Segundo o Sr. Manoel, o mais velho morador do quilombo, seu avô paterno veio da África no século 19 e era da nação Cabinda, originário de Angola. (...). Segundo o Sr. Manoel, seus avós paternos se casaram na Fazenda Boca do Túnel – atualmente comunidade Leite de Souza, Santa Isabel do Rio Preto – onde eram muito castigados e fugiram para a Fazenda São José, que chamavam de Quilombo do Ferraz (INCRA, 2015, p. 06).

Nos relatos de Mãe Zeferina apresentados por Rios e Mattos (2005), é possível detectar três gerações ascendentes, a partir de suas relações com o processo de escravização e o território da fazenda: os avós que foram escravizados, os pais ventres livres e sua própria geração de cidadãos nascidos livres.

Os mais velhos da comunidade apontam que a fazenda, próximo a 1888, era conhecida como quilombo abolicionista. Uma vez que o proprietário, Sr. Ferraz era conhecido por aplicar um bom tratamento aos escravizados e que por sua vez, conferiu verbalmente o usufruto das terras da fazenda. A expressão “quilombo” está presente na fala de Manoel Seabra contando como seu avô explicava para ele a situação da fazenda: “Eles falavam: quilombo é aqui na fazenda São José”. “Quilombo era por causa deles fugia né? Ficava num

lugar escondido. Vovô falava que aqui era um quilombo. Era um quilombo” (RIOS, MATTOS, 2005, p. 262-263).

Com o fim do processo escravocrata, em 1888, algumas pessoas permaneceram naquela região, devido à boa relação com o dono da fazenda, construíram suas casas de sapê no alto da Serra da Beleza, à beira de um córrego afluente do rio Indaiá, que corta o quilombo. Assim mantiveram laços de parentesco, aspectos da cultura e modo de produção ligados às terras (MATTOS, 1998).

A fazenda passou a ser administrada por um dos filhos do Sr. Ferraz, Armando, e foi herdada por Benedito Pinho, genro de Ferraz. (LOUZADA, 2017). Nesse momento iniciaram as ameaças aos negros que ali viviam, com a redução de suas terras, “(...) Armando frequentemente ameaçava incendiar as casas da comunidade quando os quilombolas não concordavam em prestar serviços abusivos nos cafezais ou batendo pastos” (INCRA, 2015, p. 08).

Outro ponto a se destacar, é que entre os anos de 1950 e 1980, vários problemas foram enfrentados pela região, como: o esgotamento da economia cafeeira, a contínua substituição pela pecuária e o escasseamento das oportunidades de trabalho nas redondezas da Fazenda São José da Serra. Por fim, a fazenda é vendida e adquirida por um novo proprietário. O que provocou a redução das condições, ambientais e econômicas, para produção de subsistência (MATTOS, 1998, p. 33-34).

O novo proprietário passou a reivindicar as terras, restringindo que os moradores passassem pela propriedade, as crianças para chegarem até a escola, precisavam contornar o território da fazenda, o que aumentava distância a ser percorrida. Passando por esse momento crítico, quase quando estavam conseguindo conquistar as terras que viviam e trabalhavam.

A comunidade decidiu abandonar a estratégia de ser um “grupo invisível” (RIOS e MATTOS, 2005, p. 299), e passaram agora a ser “metamorfoseados em quilombolas” (MATTOS, 2006, p.167). Nesse momento, a comunidade buscou a afirmação com território quilombola, utilizando o jongo com afirmação da sua identidade étnica, bem como “capital simbólico inestimável na atual luta pela legitimação de seu direito às terras” (RIOS E MATTOS, 2005: p. 300).

Nos estudos de Abreu e Mattos (2007), as autoras destacam a importância da prática do jongo para a comunidade de São José, uma vez, que é a representação da ancestralidade negra nesse grupo. E que através da prática do jongo, há uma busca pela identidade quilombola. Uma vez que, as histórias sobre o jongo, são transmitidas pela oralidade formando assim a memória dessa comunidade. Ou seja, através do jongo, a memória da

comunidade é objeto de resistência e promove a conexão com o passado (ABREU *et al*, 2011).

O jongo e “sua representatividade na tão propalada tese de multifacetada identidade cultural brasileira” valorizando “o seu papel de representante de resistência afro-brasileira” e “o seu caráter de referência cultural, como remanescente do legado dos povos de língua bantu escravizados no Brasil” (MATTOS, ABREU, 2007, p. 70). Essas comunidades criam através do jongo “canais de comunicação, visibilidade e fortalecimento coletivo” (MATTOS, ABREU, 2007, p. 71).

As autoras realizaram um trabalho coletivo com a comunidade e que culminou em um memorial inaugurado no ano de 2015 chamado de Passados Presentes. Esse projeto desenvolveu um aplicativo para celular e construiu exposições permanentes com o objetivo de reconhecer a história e estimular o turismo de memória no Rio de Janeiro nas comunidades quilombolas da região (Bracuí, em Angra dos Reis; Pinheiral e São José).

Figura 04 – Memorial da comunidade



Fonte: Fabrine Reis (fotógrafo de Valença/RJ).

Dessa forma, ocorre a alteração no calendário das festas do quilombo com a ressignificação política do Treze de Maio, introduzindo na comunidade, uma nova comemoração, o Dia Nacional da Consciência Negra. Nesse processo de mobilização, a comunidade modifica sua própria dinâmica interna intensificando a tradição oral.

Nos festejos, é formada uma grande roda, Hebe Mattos (2005) aponta as modificações que ocorreram nos últimos dez anos na Comunidade. Para ela seguiram uma série de modificações nas maneiras de organização e representação política do grupo, “num processo contínuo de ampliação de aliados, diretamente associado a um reforço da identidade negra, configurando a nova identidade quilombola (...). Das modificações podendo destacar a participação das crianças nas rodas de jongo que ocorreu quando Dona Zeferina (RIOS; MATTOS, 2005, p. 264), estava na liderança religiosa da Comunidade Zeferina Fernandes dirigia dois Centros de Umbanda. Era “mãe-de-santo respeitada” (RIOS & MATTOS, 2005, p. 262).

No ano de 1998, momento em que a comunidade vivia o processo de identificação antropológica, ela adquiriu grande visibilidade, principalmente por ter conseguido pela primeira vez eleger um vereador na cidade de Valença, Toninho Canecão. Além disso, transformou suas festas em momentos turísticos, além de atrair pesquisadores sobre o tema.

A comunidade quilombola de São José, se tornava um ponto turístico, no distrito de Santa Isabel do Rio Preto. Mattos (2005) aponta que essa emergência turística, foi um período marcado por diversos conflitos, pois ameaçou a posse das terras ocupadas. Criando no ano em junho de 2000, a Associação da Comunidade Negra Remanescente de Quilombo de São José da Serra com o objetivo de representar a comunidades nas instâncias legais, zelando pela manutenção de seus patrimônios culturais.

As discussões envolvendo o campo educacional, desde 1980, auxiliaram a implantação da Educação Escolar Quilombola, a mobilização buscou reconstruir a função social das escolas, para que essas pudessem de fato atender as comunidades. Diversos problemas foram destacados, como a garantia de acesso e a horizontalidade das relações nas escolas. Os movimentos identitários denunciavam o papel da escola, o racismo, as discriminações, o currículo eurocêntrico e os livros didáticos que não levava em consideração as especificidades da comunidade (MIRANDA, 2012).

Com a Resolução CNE/ CEB n. 08/2012, trazendo as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, promoveram dentre outras coisas, o reconhecimento das particularidades dessas comunidades, uma vez que trouxe a discussão a importância e o direito dos remanescentes quilombolas de manterem vivas suas tradições, sua cultura, sua forma de viver, de ser e pensar. Miranda (2012) destaca que essas diretrizes abriram três perspectivas para se pensar em uma educação escolar quilombola: os processos da gestão da escola e dos sistemas de ensino, a relação da escola com a comunidade na concepção de território, cultura e memória e por fim, no currículo aplicado dentro da

instituição escolar, currículo esse que precisa reconhecer as especificidades de cada comunidade. De acordo com essas Diretrizes:

Art. 41 – a Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas devem ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (BRASIL, 2010, p.42).

O fortalecimento e a implantação das escolas quilombolas promoveram uma desestabilização aos estigmas sociais da população negra na sociedade, ocorreu a inserção dessas crianças no sistema escolar. Entretanto apesar de toda a regulamentação vigente, ainda nos deparamos com situações diversas ao que a regulamentação nos traz, muitas comunidades não possuem escolas ou quando possuem, a infraestrutura não é adequada. Miranda (2012) pontua que os piores indicadores da educação nacional apontam justamente para as escolas quilombolas.

Persistem abordagens que incorrem numa naturalização dos quilombos, por não se deterem ou por desconsiderarem a multidimensionalidade do fenômeno no Brasil. Nesses casos, tomam-se as comunidades quilombolas como comunidades tradicionais ou comunidades tradicionais do campo, sem discutir o significado de tradição e nem mesmo a situação fundiária; ou referem-se a comunidades negras e, ao mesmo tempo, negligenciam-se os efeitos do racismo na análise das relações que constituem as comunidades pesquisadas. Identificar quilombolas como sujeitos à margem das políticas e dos processos educacionais, sem que essa situação seja discutida como efeito do racismo exemplifica o risco dessa abordagem, qual seja, a naturalização da condição subalterna dessas comunidades (MIRANDA, 2018, p. 198).

Muitos desses problemas estão ligados a políticas públicas, mas também pela falta de entendimento sobre a luta para o reconhecimento das comunidades remanescentes quilombolas, que essa luta este ligada a luta pelo seu território, sobre toda uma ancestralidade que precisa ser valorizada no âmbito escolar.

Outro ponto importante no âmbito da educação quilombola, é a busca pela própria identidade quilombola dessas crianças, precisamos separar o que é educação quilombola, aquele feita pela tradição oral pela própria comunidade, na qual os mais velhos, transmitem os conhecimentos simbólicos aos mais novos, ensinando-os o que é ser quilombola. Com a educação escolar quilombola, que está relacionada ao processo ensino-aprendizagem pautado em um currículo de uma instituição escolar (MIRANDA, 2018).

Essa busca pela própria identidade envolve o que a autora Abramowicz (2010) destaca, sobre o tempo da criança, que o tempo dela é o presente, um presente que se difere para os adultos. Porém, ao mesmo tempo que essa criança é presente, mas ela é passado, uma vez que desde o seu nascimento essa criança viverá na realidade de seu grupo, aprendendo as vivências e saberes do seu grupo. Mas, ao mesmo tempo que vivencia, essa criança irá criar e muitas vezes recriar, pois através das experimentações vivenciadas ela se movimenta e atinge o “processo de autoria social” (ABRAMOWICZ, 2010, p. 20).

Sobre essas crianças a autora ainda pontua como o Movimento Negro Brasileiro, buscou conceituar o termo raça, que transcendeu a “conotação biológica ou científica do termo, como uma maneira, ao mesmo tempo, de resistência e resposta ao processo de subalternização no qual negros foram e são colocados nas hierarquias sociais e de trabalho e como uma categoria sociológica e analítica de interpretação da realidade social” (ABRAMOWICZ, 2010, p.77). Ou seja, a autora destaca como essa criança negra precisa se posicionar diante dessas tensões e que ao mesmo tempo precisa enfrentá-las.

E que por esse motivo, é importante que as crianças quilombolas sejam compreendidas em suas características e que essas especificidades precisam ser valorizadas pela educação. Abramowicz (2010) ainda destaca a importância dessas crianças estarem inseridas nas redes de ensino, visando desestabilizar o ambiente, pois elas não agem como as outras crianças, o pertencimento que essas crianças carregam em si, se destaca diante das instituições de ensino. Por esse motivo, é importante compreender que a escola muitas vezes exclui mesmo quando se tem um discurso de igualdade:

A partir desse discurso de igualdade, os agentes pedagógicos acabam acionando mecanismos de poder que fixam um modelo de sociedade e punem todos aqueles que dele se desviam, mutilando a particularidade cultural do segmento da população negra brasileira, a partir de um ritual que se legitima na instituição escolar, não por aquilo que é dito, mas por tudo aquilo que silencia (ABRAMOWICZ et.al., 2010, p. 85).

Ainda temos um ensino que silencia as nossas crianças e que não permite as diferenças, uma pedagogia que é adotada pelas escolas e que continua perpetuando um discurso eurocêntrico da classe dominante.

A cultura negra é silenciada na escola, um silêncio que corresponde à inexistência e não simplesmente ao ato de calar-se, omitir ou abafar, mas como uma maneira de não ver, de relegar, um pacto que não deve ser quebrado, pois sendo, teríamos que refazer o currículo, refazer a escola. Diante disso, a escola reproduz um discurso baseado na igualdade de todos os seus alunos (ABRAMOWICZ ET. AL. 2010, p. 85).

Assim, precisamos entender que a educação escolar quilombola é um movimento que busca constantemente o reconhecimento das próprias comunidades. Esses sujeitos historicamente foram excluídos, estavam invisíveis perante a sociedade e que por isso, é importante “interrogar as características da especificidade da educação escolar quilombola requer considerar a inserção da escola na dinâmica do território e as formas como as comunidades se mobilizam para a garantia do direito à educação, as estratégias e articulações construídas (MIRANDA, 2018, p. 77).”

3 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas com os quatro membros da comunidade do Quilombo São José da Serra em Valença – RJ, selecionados como público-alvo do estudo. Realizamos contato com o líder da comunidade, Antônio Nascimento Fernandes, conhecido como Toninho Canecão e com a ativista da comunidade quilombola, Luciene Estevão.

Procuramos, ainda, a atual secretária municipal de educação do município de Valença/RJ, prof. (a) Mara Lúcia Marques de Medeiros Oliveira, no intuito de entrar em contato com as duas professoras da escola do quilombo, uma vez que, diante do contexto pandêmico, as escolas não estão funcionando presencialmente.

Conseguimos contato com as duas professoras, porém uma delas se recusou a participar dessa entrevista, alegando ser nova na escola da comunidade e que não poderia contribuir para a pesquisa. Apesar de diversos contatos, a professora fez a recusa em participar, e sua vontade, respeitada. Assim, fomos em busca de uma outra professora que pudesse responder às perguntas.

Atualmente, a unidade escolar do Quilombo São José da Serra conta com apenas 2 professoras, que se dividem entre as duas classes multisseriadas, sendo que uma delas também exerce o papel de gestora/dirigente da escola. Dessa forma, foi necessário um contato com uma ex-professora da escola, onde o convite foi efetuado e aceito com sucesso. Desta forma, conseguimos realizar a entrevista com a atual professora dirigente da escola quilombola, Sra. Josefa Louzada, e com a ex-professora da escola, Sra. Marcia Silva.

Os resultados qualitativos, oriundos dos dados levantados na pesquisa de campo, foram analisados intencionou-se de estabelecer uma comparação e associação no discurso dos envolvidos, representados através da tabela 7, que sintetiza os pontos convergentes e divergentes entre as respostas dos envolvidos na pesquisa.

A primeira coluna da tabela 7 apresenta as questões preparadas no roteiro, e as colunas dispostas ao lado, são as respostas de cada entrevistado, na seguinte ordem: primeira coluna: ativista da comunidade quilombola; segunda coluna: líder da comunidade; terceira coluna: atual professora dirigente da escola quilombola; e quarta e última coluna: ex-professora da escola quilombola.

Tabela 7 – Síntese das entrevistas

ROTEIRO ENTREVISTA	QUILOMBOLA (L. E.)	QUILOMBOLA (T. C.)	PROFESSORA (J. L.)	PROFESSORA 2 (M. S.)
1. Você poderia me explicar em poucas palavras o que seria Quilombo?	Fala sobre o conceito de quilombo antigamente, mas compreende a modificação que "quilombo" sofreu.	Fala sobre o conceito de quilombo antigamente, mas compreende a modificação que "quilombo" sofreu.	Situa quilombo numa concepção do termo no período do Brasil Colonial.	Situa quilombo numa concepção do termo no período do Brasil Colonial.
2. Você sabe o que precisaria para uma Comunidade se tornar conhecida como Comunidade Quilombola?	Pela sua própria história, essa história diz tudo sobre o quilombo.	A partir da história e vivências, o reconhecimento é feito.	Existe uma série de exigências do Governo Federal para se tornar Quilombo.	Precisa ter descendentes de "escravos" e ter sido um quilombo no passado.
3. O que você sabe sobre o Quilombo São José da Serra?	Conta a história do quilombo desde os primeiros que ali chegaram.	Conta a história do quilombo desde os primeiros que ali chegaram.	Aponta a liderança do quilombo e o reconhecimento das terras.	Menciona que recebeu um livro sobre a história e que conhece um pouco do surgimento da comunidade.
4. Quais são os meios de produção da Comunidade Quilombola de São José da Serra?	Frisa: "o meio de sobrevivência". Aponta a agricultura familiar e o turismo que está prejudicado com a pandemia. Algumas mulheres fazem o artesanato e os homens trabalham em fazendas da região.	Aponta a agricultura familiar e o turismo que está prejudicado com a pandemia.	Agricultura familiar, de subsistência. Criações como porco, aves no geral para o consumo familiar. Os Quilombolas trabalham para fazendeiro e sitiantes do local para sustentar a família.	Agricultura, bonecas de palhas e dinheiro que vem do Governo Federal.
5. Como se dão as relações sociais no Quilombo São José da Serra, quem são as lideranças políticas e religiosas, como são escolhidas?	Não se escolhe um líder, já se nasce líder.	Não se escolhe um líder, já se nasce líder.	Não há eleição para nenhum cargo de liderança.	A liderança não é bem escolhida, alguém toma a frente.

6. Você saberia citar quais festas e danças estão na memória da comunidade quilombola São José da Serra?	Quilombola adora festa, para tudo se faz festa. Cita diversas festas, a maioria religiosas. Cita o Jongo.	Cita algumas festas religiosas e a Festa da Cultura Negra no dia 13/05. Cita o Jongo e Calango.	A principal festa é a do 13 de maio com o jongo.	Cita a festa do dia 13/05.
7. Quais são as manifestações de relação com o Sagrado no Quilombo São José da Serra?	Fala que tudo é sagrado, citando a natureza, a pedreira, o Jequitibá. Que o quilombo ensina a respeitar o local onde você mora.	A terra do Quilombo é um lugar sagrado.	Fala sobre a Missa Afro uma vez por mês (1º domingo) e o trabalho de Umbanda, no Centro da Mãe Tetê.	Fala ser complicado, pois existe um grupo católico, um grupo de religião afro e um grupo de evangélicos.
8. O que tem no interior de uma Comunidade Quilombola que a torna diferente de outras culturas?	Os modos de viver e o respeito.	Respeito e o amor.	A tradição da comunidade.	As memórias, as ervas, os modos antigos de viver.
9. A cultura quilombola pode ser ensinada?	Pode e deve.	Pode e deve.	Pode e deve.	Não tem como ser ensinada.
10. Como se dá a Educação quilombola no Quilombo São José da Serra?	Se dá no respeito.	Se dá no respeito e nos saberes.	Com base em um currículo mínimo igual aos de outras unidades escolares.	Acontece como numa escola comum. Tentei introduzir conceitos novos da cultura afro, mas não foi aceito.
11. O que você aprendeu com os quilombolas ou no Quilombo São José da Serra?	Aprendeu muita coisa para a vida. Principalmente, a acolher as pessoas.	Aprendeu tudo que precisava e está sempre aprendendo.	Aprendeu muito mesmo. Tanto na agricultura quanto nos costumes.	A valorização dos mais velhos foi algo que levou para a vida.
12. De que forma a Escola está inserida na Comunidade Quilombola São José da Serra?	"Tudo que você aprende no quilombo tem que ser buscado na família." "A escola é a escola." "Eu acho que nós mães temos muito mais para oferecer para a escola, do que a escola para nós mães."	"A escola no quilombo eu acho que um espaço vazio que a gente tem dentro do Quilombo."	"A Escola está inserida no espaço da PMV, doado pelo antigo dono. Trabalhamos junto à Comunidade."	"A escola está a parte, ela não está inserida dentro da comunidade."

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Com base nesses resultados qualitativos, considerou-se as palavras-chave cujos sentidos se assemelham, e a partir daí suscitou-se as possíveis críticas, discutindo-as com a literatura disponível, nos subtópicos abaixo.

3.1 DO DIREITO AO TERRITÓRIO E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O termo quilombo foi ressignificado ao longo dos anos, e essa ressignificação pode ser observada nas falas dos quilombolas, que trouxeram elementos do quilombo do período colonial, mas que reforçam os modos de viver da atualidade. Entretanto, quando realizamos a mesma pergunta para as professoras, observamos que ainda existe nos discursos o conceito de quilombo pautado pelo Conselho Ultramarino de 1740, que definiu quilombo como toda habitação de negros fugitivos:

As Comunidades Quilombolas foram formadas a partir de 1888, com a fuga em massa de vários escravos inconformados com a escravidão. Sempre um líder coordenava a rota e os trabalhos. (Professora da comunidade, Sra. Josefa)

Desde que eu entendo um pouco da cultura africana, pois tenho a pós. Quilombo seria um lugar onde escravos a procura de abrigo, pois fugiram das fazendas. E ali criaram suas lutas e seus descendentes. Isso que eu entendo por quilombo. (Ex-professora da comunidade, Sra. Marcia).

Observamos com as falas das professoras que ainda prevalece no imaginário essa concepção de quilombo não passa de um local para negros fugidos. Prevalecendo assim com essa ideia de quilombo como um território de um povo guerreiro, juntamente com a ideia de isolamento. Conceito esse que ainda está ligado a sobrevivência e que não leva ao reconhecimento desses sujeitos.

Precisamos quebrar esse conceito de pensar quilombo como algo do passado, pois o discurso de que quilombo é o local de “negros fugitivos” gera um processo que invisibiliza esses sujeitos e sua identidade, pois não considera as características das comunidades quilombolas no que tange suas vivências, memórias, saberes, resistência e territorialidade.

Os quilombos tiveram um importante papel no período do Brasil colonial, pois não só resistiram à escravização, mas também contribuíram para a história do país e na construção da cultura afro-brasileira. Assim, precisamos entender que os quilombos sempre foram locais de resistência, antes resistiam ao processo de escravização e almejam a liberdade de poderem viver conforme seus costumes. Hoje, a resistência é para garantir direitos e seu território.

Entender que os quilombos contemporâneos são grupos sociais que possuem a mesma identidade étnica em sua organização, relações sociais e políticas, é entender que essa identidade se constitui em cima dessa ancestralidade comum, nos seus saberes e memórias.

Um ponto importante que foi destacado pela ativista Luciane Estevão foi que o Quilombo São José da Serra possui uma diferença com os demais quilombos:

Só que o Quilombo São José da Serra tem uma diferença porque os negros na minha geração nós não fugimos para esse lugar, nossos antepassados foram trazidos para esse lugar, então aqui eles foram escravos, eles trabalharam, só que mesmo trabalhando nesse lugar, eles formaram famílias e essa família permaneceu trabalhando aqui no período da escravidão. E passou o período da escravidão e esses negros continuaram aqui morando com as suas famílias, então troava-se os fazendeiros, não foi o mesmo fazendeiro que saiu daqui em 2015, não trocavam, vendiam a fazenda, mas os negros permaneceram aqui dentro. (Ativista quilombola Luciane Estevão)

Com a fala da ativista, destacamos que nem todos os quilombos possuem a mesma história na sua constituição, nem todos eles foram lugares de “negros fugitivos”, mas sim lugares de resistência em busca do direito de serem livres. Isso vem demonstrar que não podemos generalizar a história de um quilombo baseando-se apenas numa referência do passado, precisamos entender sua constituição e suas subjetividades. Cada comunidade possui a sua história, os seus territórios, suas lutas e atravessamentos ao longo da história.

Essa fala reforça mais ainda a importância de se compreender a situação política das comunidades, pois esta política está inclusive ligada na forma de se pensar a educação. Assim, surge o seguinte questionamento: A educação escolar tem, de fato, levado em consideração essas ressignificações que o quilombo sofreu ou ainda vem trabalhando nesse pensamento colonial?

Muitas comunidades vivem em situação de alta vulnerabilidade, sem acesso a políticas públicas e que a maioria ainda não possui seu território reconhecido. Quando perguntamos sobre o que é preciso para que uma comunidade fosse reconhecida como uma comunidade quilombola, nos deparamos com pontos que se convergiam a partir da história da comunidade. No entendimento das professoras, é preciso ter uma história que justifique esse reconhecimento, ter descendentes de “ex-escravos”, além de ter que cumprir diversas exigências do Governo Federal.

Porém, para os membros da comunidade, esse reconhecimento vai além do cumprimento de exigências do governo, mas está ligado ao processo de luta pelo seu território e da própria trajetória histórica da comunidade.

Eu acho que não precisaria de muito não, porque a história de um quilombo, a história de um negro sempre bate na mesma tecla, é a simplicidade, eles foram trazidos de algum lugar, teve muito sofrimento, teve muita luta, então a história de um negro, independente de onde ele seja, independente de que lugar é o quilombo, se você parar para conversar com eles, você vai ver que a história deles é a mesma. Então a própria história do quilombo determina o que é negro e o que é um quilombo. (Ativista quilombola Luciane Estevão).

Na fala da ativista, podemos observar que, conforme a legislação pontua, esse reconhecimento está ligado ao processo de autoidentificação, segundo o Artigo 2 do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade (BRASIL, 2003).

Esse processo de se autodefinir como uma comunidade quilombola está ligado a se reconhecer como uma comunidade quilombola, ou seja, qual a relação desse grupo étnico com seu território, sua ancestralidade, suas memórias, suas tradições e sua cultura? Essas são características que irão identificar aquele grupo especificamente e, com isso, determinar as características daquela comunidade.

Não basta dizer apenas “somos quilombolas”, é preciso viver e sentir como um quilombola. Esse reconhecimento garante que essa comunidade mantenha seus costumes e se desenvolva através da busca da efetivação de seus direitos. Ter seu território reconhecido, é ter a sua identidade étnica preservada depois de tanto tempo de invisibilidade perante as políticas públicas do Brasil.

Essa invisibilidade, muitas vezes, ainda persiste, é um processo contínuo de busca pela garantia de seus direitos. Sendo assim, no ano de 2000, os moradores do Quilombo São José da Serra criaram a Associação da Comunidade Negra Remanescente de Quilombo da Fazenda São José da Serra, a fim de buscar a garantia de seus direitos.

Observamos com as entrevistas que a história do quilombo São José da Serra é mais conhecida fora do município no qual ele se localiza, Valença/RJ, do que dentro da própria cidade, como podemos observar na fala do líder da comunidade e de uma ex-professora:

Até porque o quilombo é muito mais conhecido fora de Valença, do que Valença. Então o que me animou muita nessa entrevista, que ia passar um

pouquinho da que é a comunidade e passar o que a comunidade espera de Valença né. (Líder quilombola Toninho Canecão).

Quando fui inserida na comunidade ganhei até um livro de lá e eles me explicaram que ali era uma fazenda, a fazenda São José e com a libertação dos escravos com a Lei Áurea, duas famílias de escravos não quiseram ir embora. E essas famílias puderam ficar na fazenda, elas casaram-se entre elas formando assim todos os descendentes do quilombo São José da Serra. (Ex-professora da comunidade, Sra. Marcia).

Essa falta de conhecimento sobre a comunidade que é evidenciada claramente na fala do líder Sr. Toninho, contribui para pensarmos o motivo desse descaso. É sabido que o município de Valença pertence ao Vale do Café, região que cresceu a partir da exploração do café e das vidas negras que foram escravizadas. Mas, então, por que a história do quilombo não é reconhecida pelos habitantes?

Isso veio demonstrar que ainda contamos as histórias dos colonizadores e não ouvimos as histórias dos negros, isso vem demonstrando o quanto esse povo, em pleno contexto contemporâneo, é invisibilizado e o quanto a sua luta e resistência são diárias.

A pesquisa veio demonstrar também que a falta de políticas públicas, dentro da comunidade, foi um ponto levantado pelo Sr. Toninho, pois conforme ele aponta, existe um apoio para as questões que envolvem a cultura e o turismo, porém quando o assunto está relacionado com a agricultura e os produtos produzidos pela comunidade, esse apoio não é concedido.

O quilombo planta muito tá. E esse ano mermo estava conversando com minha esposa sobre a chuva e a colheita do feijão, se plantou muito feijão no quilombo, muito mesmo esse ano e a gente planta milho, plantou muito milho, né. E tem maracujá, tem vários tipos, então hoje a gente não é autossustentável porque motivo, é igual esse ano nas gastamos quase R\$ 8000 com trator né. Então isso são coisas que eu acho que a gente tem que ser ajudado. Mas mesmo assim a horta, a gente planta muita horta, para o nosso sustento a gente graças a Deus, mas a gente não queria parar só no nosso sustento, a gente queria ajudar no abastecimento. Isso aí ajudaria manter o homem na terra né, porque o quilombo tem braços fortes e precisava disso. (Líder quilombola Toninho Canecão)

Além dessa falta de políticas públicas que valorizem a produção dos quilombolas, temos ainda a situação que a comunidade enfrenta diante da pandemia, pois ocorreu um agravamento da situação de vulnerabilidade desses povos. A própria ativista Luciene Estevão reforça essa realidade em sua fala, quando foi perguntada sobre os meios de produção da comunidade:

Você quer saber o meio de sobrevivência, né? Hoje infelizmente nós não temos muito, uma coisa que ajuda o quilombo, era o turismo, para você ver nesse momento pandêmico aí que tamos, você vê vai fazer, já fez um ano a

gente nessa, então, a gente fecha o quilombo no final do ano. Então no final de 2019, a gente fechou o quilombo, então quando a gente ia começar a receber as pessoas já começou a pandemia, então não podia mais né, então para a muito tempo que a gente não tem, e era uma porta aberta para gente que era o turismo. As mulheres fazem seus artesanatos, então algumas pessoas tem suas coisas de roça, plantam mandioca, feijão, alguma coisa que acabam vendendo nesse dia de turismo, já não está acontecendo mais né. Então, hoje o meio de sobrevivência, eu vou falar para você não está sendo fácil, não está fácil mesmo. (Ativista quilombola Luciane Estevão)

Essa vulnerabilidade não é apenas algo que a comunidade de São José enfrenta, mas é uma realidade dentro do Brasil com a omissão do Estado diante do contexto de pandemia. A negação de uma pandemia, a falta de soluções imediatas e o descaso com os povos e comunidades tradicionais tem agravado cada vez mais a situação dos quilombolas.

A principal organização dos quilombolas do país, a Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), tem destacado os fatores estruturais sobre as consequências do alastramento da pandemia nos territórios quilombolas. Além disso, tem denunciado tal situação ao poder público e formulado proposições com o objetivo de reduzir os danos nas comunidades. Porém, poucas respostas têm sido dadas pelas autoridades (SILVA & SOUZA, 2021, p. 88).

Podemos observar que essa situação agrava, inclusive, os meios de produção da comunidade, obrigando muitos a recorrerem a trabalhos fora do quilombo.

Os meios de produção, do Quilombo São José da Serra é voltado para agricultura familiar, de subsistência. Não é permitido cercas por isso é proibida a criação de gado e vacas leiteiras. Criações como porco, aves no geral para o consumo familiar são permitidas. Os Quilombolas trabalham para fazendeiro e sitiantes do local para sustentar a família. (Professora da comunidade, Sra. Josefa)

Aquele que tem um chefe de família, acaba trabalhando, ele trabalha nas fazendas vizinhas aqui (...), algumas fazem obra ao redor daqui. (Ativista quilombola Luciane Estevão)

O sistema opressor da classe dominante continua contribuindo para que esse povo tenha que se submeter a trabalhos precários, a fim de garantir o sustento de seus familiares. A precarização do trabalho e a informalidade desse trabalho contribuem para o aumento da vulnerabilidade dessas comunidades, e isso irá refletir tanto na saúde dessa população, como na educação desses sujeitos.

3.2 AS LIDERANÇAS, O SAGRADO E A CULTURA

No que se refere às lideranças dentro da comunidade de São José, foi verificado que existiu uma divergência entre o pensamento dos quilombolas com o pensamento das professoras, porém os pensamentos das educadoras vieram reafirmar a fala dos membros da comunidade. Para os quilombolas já se nasce líder:

No quilombo não tem a gente dizer vai escolher, porque eu acho quem já nasce, já é. No quilombo você já nasce sendo, se é você, é você. Então as nossas lideranças aqui continuam com as pessoas mais velhas aqui. Toninho na parte, que ele fica da associação, presidente da associação. (...) E na parte religiosa aqui nós somos da umbanda, temos a mãe Tetê. (Ativista quilombola Luciane Estevão)

Falar em liderança no quilombo hoje é um porquinho complicado. Porque eu sou o líder do quilombo, e eu, eu nasci líder no quilombo. Porque as comunidades negras são igual índio né. Então tem ali onde o mais velho determina, você vai ser e eu fui né, aprendiz do meu avô. Porque quando eu nasci, meu avô ficou cego e ele não passou para o meu pai. Porque meu pai tinha que buscar o sustento e naquele tempo, o que que acontecia, o velho, o filho mais velho era responsável pelo sustento. (...) Lá na comunidade quem cuida dessa parte é minha irmã Terezinha (...) minha irmã então ela é na parte religiosa. É que ela tinha junto com a mãe, sempre junto com a mãe e no falecimento da mãe, ela ficou. (Líder quilombola Toninho Canecão)

Já as professoras frisaram que não ocorre um processo para a escolha de um líder, que não existe eleição dentro da comunidade. Apesar das falas das professoras demonstrarem que não estão totalmente cientes do processo de liderança dentro de uma comunidade quilombola, elas reafirmam e fortalecem a fala dos membros do quilombo, pois demonstram que o líder não é escolhido, já se nasce sendo líder.

Ser um líder quilombola é uma grande responsabilidade, é o líder que buscará a efetivação dos direitos dos quilombolas. No caso do quilombo São José da Serra, existe um Associação acompanhada pelo Sr. Toninho, e é a partir dessa associação que todos os processos que envolvem a comunidade são discutidos e aprovados.

Já quando o assunto é no âmbito da religião, a liderança fica a cargo da Mãe Tetê, irmã do Sr. Toninho, que ficou no lugar de sua falecida mãe. A frente do centro de umbanda, Mãe Tetê acompanha e organiza todas as festividades que envolvem a religião e os dias de Santos.

As comunidades quilombolas são comunidades com grandes manifestações culturais e festivas, o que é uma característica também da comunidade de São José da Serra, a comunidade é reconhecida pela prática do jongo, pela feijoada e pelas festas.

As memórias das origens dessas manifestações culturais do Quilombo São José da Serra, em especial o caxambu e o jongo, ainda são mantidas vivas, especialmente pela forte presença da liderança das mulheres da comunidade na educação das crianças, que aprendem desde cedo como as rodas de jongo aconteciam no mato e que nelas eram combinadas as fugas dos escravizados.

O jongo se destaca quando indagamos sobre as festas e danças na memória da comunidade. Após diversas festas serem citadas, a que mais se destacou foi a Festa da Cultura Negra, que acontece no dia 13 de maio, isso foi demonstrado pela fala das professoras entrevistadas:

Comemoram muito a libertação dos escravos, 13 de maio, e a dança que eles fazem nesse dia é a dança do jongo. (Ex-professora da comunidade, Sra. Marcia)

A principal festa é a do 13 de maio. A dança é o jongo, todos participam inclusive os idosos e crianças, fogueira que é benta pela Mãe do Centro, com Ramos e rosas molhados na água. (Professora da comunidade, Sra. Josefa)

Dentre todas as festas de santos apontadas, a que se destacou nas falas foi a festa de São Cosme e Damião, organizada pela liderança religiosa, mãe Tetê, como a ativista Luciene destaca:

(...) qualquer criança que vai e fica marcada na história, na umbanda a festa maior que tem, é a festa de São Cosme e Damião, que é uma festa linda. Mãe Tetê sempre fez e sempre faz com muito carinho, uma festa incrível. (Ativista quilombola Luciane Estevão)

As comunidades quilombolas possuem uma ligação muito forte com o sagrado. Contudo, nas entrevistas, tivemos algumas divergências entre as respostas dos quilombolas com as respostas das professoras:

Missa Afro uma vez por mês (1º domingo), com cânticos afro, celebrada pelo padre do Distrito de Santa Isabel do Rio Preto/ Valença, catecismo, preparação para Crisma e batizados e o trabalho de Umbanda, no Centro da Mãe Tetê. Terço na Capela aos domingos. (Professora da comunidade, Sra. Josefa)

É complicado. Eles consideram todos os santos católicos, quanto a religião africana, os deuses africanos, afro-brasileiros na verdade. E os evangélicos que não tem um sagrado em si formado. O maior sagrado seria Deus lá para eles. (Ex-professora da comunidade, Sra. Marcia)

Para as professoras, a definição de sagrado está pautado apenas no cunho da religião, o tempo todo na fala colocaram apenas situações que envolviam a religião, fosse ela católica ou

de matriz africana. Já a ex-professora da escola salienta que, no período que ela lecionou, em 2016, havia um grupo de alunos que pertenciam a famílias evangélicas e que para essas famílias o sagrado seria apenas Deus.

Todavia, quando indagados sobre o que seria esse Sagrado, os membros da comunidade reforçam que o sagrado são todos os lugares, que o próprio território da comunidade é sagrado.

O quilombo é igual a uma bacia, caiu para fora tudo bem, cada um define o que vai ser, mas caiu para dentro ele é um lugar sagrado. A terra do Quilombo é um lugar sagrado. Onde eu acho que no momento que você pisou naquela terra, você tem que se benzer e pedir permissão e pedir a benção. Porque a gente tem aquilo ali, é um quadrado sagrado. A gente tem muito respeito por aquilo ali. E a gente fica muito feliz que as pessoas também entedem um pouquinho do que é um quilombo, né. Quilombo é uma terra de sentimento, é uma terra de amor, não é simplesmente a terra, tá. Ali tem muita coisa, ali tem muita história, né. (Líder quilombola Toninho Canecão)

Então o próprio quilombo, o próprio quilombola, ele é educado desde o berço aprender a respeitar os elementos da natureza, porque no momento que você respeita isso, você tem onde buscar força quando você precisar. Nós temos uma mata aqui, o nome dela é mata da Mariana. No passado ali era o cemitério dos escravos, então hoje a nossa mata está ali. O respeito ao nosso Sagrado está ali. Temos uma pedreira enorme aqui do nosso lado, que a gente da umbanda né, pedreira é de pai Xangô, então por esse motivo a gente respeita ela. Acima de tudo temos várias minas aqui, a gente fala que é de Iemanjá. (...) O marco nosso aqui, se você falar de respeito desse lugar, é o Jequitibá né. (...) A gente olha ela, a gente vê ela como uma fonte onde a gente busca energia. (Ativista quilombola Luciane Estevão)

Segundo os moradores, a pedreira, na vive a centenária e gigantesca árvore de jequitibá, foi morada de índios e, mais tarde, usada como refúgio pelos antepassados dos moradores.

Podemos observar que os quilombolas do São José da Serra possuem grandes laços com a terra e a natureza, o respeito pelos seus antepassados, sensibilidade que pode ser observada nos discursos dos entrevistados. Suas tradições são repassadas através da oralidade, muitas são as histórias contadas, algumas que relatam os tempos do cativo e como era vida naquela época. A importância dessa memória coletiva faz com que a cultura permaneça viva entre eles.

Outro aspecto a ser considerado em relação à comunidade é a sua religiosidade. A sua força e fé se manifesta nas práticas do catolicismo, a umbanda, o Jongo e o Terço de São Gonçalo. A capela da comunidade, consagrada a São José Operário, fica ao lado da escola e

sua construção foi uma reivindicação dos moradores no período pós-abolição, devotos de São José e de São Benedito.

Toda essa relação com o sagrado reforça os pontos destacados quando perguntamos sobre “o que no interior de uma Comunidade Quilombola a torna diferente de outras culturas? Nesse momento da pesquisa, podemos observar tanto na fala dos membros da comunidade quanto nas falas das professoras que o respeito que existe dentro da comunidade a torna diferente das outras.

A ativista Luciene Estevão destaca que, como funcionária pública, precisa visitar outras casas e que sempre escuta: “você não é daqui né”, “dá para ver, você é diferente.” Tanto Luciene quanto o Sr. Toninho apontaram que no quilombo acolhe e que esse acolhimento é um grande diferencial da comunidade, porque a comunidade abraça quem chega.

O modo de viver, o respeito, o amor, a tradição e as memórias permearam as falas dos entrevistados. Inclusive, foi dito que esse diferencial modificou suas próprias vidas. A ex-professora Marcia, por exemplo, destacou que esse respeito se perdeu dentro da nossa sociedade e que no período em que esteve na comunidade viu e sentiu que esse respeito é ensinado desde que a criança nasce. O respeito à ancestralidade e aos mais velhos são recorrentes, sendo comum as crianças tomarem benção a qualquer pessoa que seja maior de 20 anos.

O idoso tem um lugar de destaque dentro das Comunidades Tradicionais Quilombolas. Por meio dos mais velhos é que são transmitidos os conhecimentos que foram passados a eles pelos nossos ancestrais. Para além das experiências e vivências durante os anos de vida adquiridos pelos idosos, é através deles que os costumes e tradições continuam sendo passados adiante. São com os mais velhos que se aprendem os saberes tradicionais, de como lidar e cultivar a terra, cuidar dos animais, preparar os alimentos típicos da nossa cultura, as rezas, as benzeduras e como manipular as ervas medicinais (LOPES; PAIXÃO; SANTOS, 2019, p. 89).

Esse mais velho tem um papel importante dentro da comunidade, pois é ele que possui o registro de toda a história do quilombo. Dessa forma, podemos chamar esses “mais velhos” de *griots*. Segundo Machado (2013), a palavra *griot* é de origem africana e significa o contador de histórias. Através da tradição oral, esses contadores de histórias perpassam todos os ensinamentos necessários aos mais novos.

Pacheco (2006) aponta que a tradição oral tem a sua própria pedagogia, pois através da afetividade, do vínculo e da cultura, a aprendizagem acontece. Pois, essa tradição oral é uma

facilitadora do diálogo possibilitando a troca entre os saberes científicos formais com os saberes da tradição oral. Tradição essa que está relacionada ao modo de viver.

Compreendemos, assim, que as comunidades remanescentes quilombolas são resistência, seja ela cultural, seja ela social. O que precisamos entender é que resistir é uma forma de preservar todo esse conhecimento e vivência diante de tanta dificuldade que essa população enfrenta. Resistir, portanto, é viver de acordo com seus costumes e buscar seus direitos.

3.3 A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM SÃO JOSÉ DA SERRA

Diante dessa maior compreensão sobre a organização e as características da comunidade de São José da Serra, entramos na parte da pesquisa que nos dará subsídios para analisar o objetivo desse trabalho, que é pensar essa educação quilombola buscando analisar a dinâmica que existe entre a relação da educação quilombola com a educação escolar da escola da comunidade de São José da Serra. Tendo como objetivo específico compreender se existe uma pedagogia própria que garanta o respeito as especificidades de cada comunidade.

Realizamos a seguinte pergunta aos entrevistados: A cultura quilombola pode ser ensinada? Três entrevistados apontaram que sim, essa cultura pode e deve ser ensinada, destacamos duas falas que comprovam isso:

Sim pode e deve ser ensinada, tá. Eu acho que é muito importante isso aí pode e deve ser ensinado. (...) porque eu acho que não deve demorar fazer isso, aplicar a educação quilombola nas escolas. (Líder quilombola Toninho Canecão).

Com certeza a cultura Quilombola pode e deve ser ensinada para que perpetuem as raízes. (Professora da comunidade, Sra. Josefa).

Porém, nos deparamos com a seguinte resposta da ex-professora:

Olha não tem como, eu posso dizer que no período que eu estive lá tentamos inserir um pouco mais do que eu considero que deveria ser uma cultura quilombola, mas não tem como ser ensinada. Eles têm a comunidade em si enraizados, os seus conhecimentos. E novos conhecimentos, mesmo da cultura afro-brasileira, eles não aceitam muito. (Ex-professora da comunidade, Sra. Marcia).

Diante dessa fala, começamos a pensar sobre esse processo educativo, pois entendemos que a educação escolar quilombola é um movimento que busca constantemente o reconhecimento das próprias comunidades. Ou seja, a cultura quilombola ela pode ser

ensinada, porém o ensino precisa se basear nos saberes existentes dentro da própria comunidade.

A escola precisa ser um espaço educativo, que haja diálogo entre todo o conhecimento escolar e a realidade dos alunos, levando em consideração as especificidades relacionadas à região, à cultura, à religião que os diferenciam até mesmo entre outras comunidades, cada uma tem sua dinâmica influenciada pelas formas tradicionais de organização social, por isso, há a necessidade de se formular propostas educacionais específicas para cada comunidade remanescente de quilombos.

Por conseguinte, na maioria dessas comunidades, a socialização e as tradições se dão a partir da convivência e observação dos mais velhos, tendo a tradição oral como o mais importante meio de transmissão do conhecimento.

Quando perguntamos “Como se dá a Educação quilombola no Quilombo São José da Serra?” tivemos algumas divergências dentro do entendimento do que seria a educação quilombola. As professoras, ao serem questionadas sobre como acontece a educação quilombola, responderam baseando-se na definição de educação escolar quilombola. Tivemos respostas como: “Com base em um currículo mínimo igual aos de outras unidades escolares.”, “Acontece como numa escola comum.”

Essas falas demonstram a não compreensão do conceito “educação quilombola”, pois entendemos educação quilombola como aquela que é própria do quilombo, ou seja, é o compartilhamento de conhecimentos, saberes, vivências, que se dão a partir das memórias da comunidade, ou seja, ensinamentos que são passados por meio da tradição oral, que revelam os modos de viver da comunidade e que são partilhados pelos mais velhos aos mais jovens.

Por sua vez, a educação escolar quilombola é aquela desenvolvida em unidades escolares, pensando em uma educação que valorize a cultura dos quilombolas, para isso é preciso uma pedagogia própria que garanta o respeito às especificidades de cada comunidade.

Dessa forma, compreende-se que a educação quilombola acontece dentro da comunidade e a educação escolar quilombola é aquela que busca uma aproximação dos saberes curriculares com os saberes próprios da comunidade. Conforme é estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica em seu Art. 1º:

§ 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

I – organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

- a) da memória coletiva;
- b) das línguas remanescentes;

- c) dos marcos civilizatórios;
- d) das práticas culturais;
- e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;
- f) dos acervos e repertórios orais;
- g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;
- h) da territorialidade (BRASIL, 2012).

Conforme Miranda (2018), essa educação quilombola se dá a partir da tradição oral na qual são transmitidos os conhecimentos simbólicos daquela comunidade, conhecimentos esses que auxiliam na formação das crianças que vão compreendendo o que é ser um quilombola. Já para autora, a educação escolar quilombola é pautada em um currículo, visa ao processo ensino-aprendizagem e acontece nas instituições escolares.

Isso está bem claro para os membros da comunidade, que indagados sobre a mesma pergunta, responderam que essa educação quilombola está pautada no respeito e saberes que foram mencionados quando perguntamos “O que tem no interior de uma Comunidade Quilombola que a torna diferente de outras culturas?”. Os quilombolas demonstraram estar cientes que essa educação quilombola parte de suas próprias vivências.

Em diversos momentos, enfatizaram que seus saberes e costumes são ensinados desde que a criança está no ventre da mãe. A ativista Luciene apontou, inclusive, que a criança já nasce sabendo dançar o jongo, pois a mãe grávida, vai para a roda de jongo e a criança no útero já está envolta a essa energia. Assim, a criança já “vem ao mundo” sabendo o que é o jongo, entendendo a força ancestral.

Outro ponto levantado pela ativista e pelo líder da comunidade foi a relação existente no quilombo sobre o respeito. Esse respeito para os quilombolas é a base da educação quilombola em São José, como podemos observar na fala abaixo:

No momento que você pede a benção, esse Deus te abençoe a ir, o nosso respeito começa ali. Qualquer criança aqui é ensinada a fazer isso. É pedir a benção ao mais velho e ouvir o outro. Respeitar né. (...) Então ali, eu acho que a educação no quilombo, a educação quilombola, ela vai do respeito né, porque você tem que estar sempre deixando claro para o seu filho: meu filho a gente tem que respeitar um ao outro. E o diálogo, parar, ouvir e escutar. (...) Eu acho que a nossa educação daqui se baseia nisso. (Ativista quilombola Luciane Estevão).

O respeito apareceu novamente quando perguntamos aos entrevistados “O que você aprendeu com os quilombolas ou no Quilombo São José da Serra?” Todos responderam que aprenderam muitas coisas e que levaram essas coisas para suas vidas, além do fato de estarem aprendendo diariamente na comunidade.

Juntamente com “o respeito”, veio a palavra acolhimento. O saber acolher as pessoas que ali chegam, foi uma característica que reapareceu nas falas nesse momento, sendo o respeito e a valorização dos mais velhos algo destacado por uma das professoras. Assim, concluímos que a educação quilombola é aquela que ocorre dentro da comunidade liderada pelos mais velhos aos mais novos. Os mais novos vão aprendendo através da tradição oral os saberes que os mais velhos vão ensinando.

Tentando compreender ainda mais como ocorre a dinâmica entre a educação quilombola e a educação escolar quilombola na comunidade de São José da Serra, realizamos a seguinte pergunta: De que forma a Escola está inserida na Comunidade Quilombola São José da Serra?

Nesse momento, nos deparamos com pontos divergentes mais que convergiam, por exemplo, temos as seguintes falas das professoras: "A Escola está inserida no espaço da Prefeitura Municipal de Valença, doado pelo antigo dono. Trabalhamos junto à Comunidade. Temos livros didáticos distribuídos pela Secretaria de Educação diferenciados, voltados para o ensino no campo.", "A escola está a parte, ela não está inserida dentro da comunidade."

Diante dessas falas, começamos a indagar: como a escola está inserida no espaço da Prefeitura Municipal de Valença se a escolha fica dentro do território quilombola? Entendemos que a escola é mantida pela rede municipal, porém ela não está em um território pertencente a prefeitura, ela está dentro de uma comunidade quilombola, assim a escolar é do quilombo.

Se a escola está em um território quilombola, ela precisa trabalhar juntamente com os saberes locais. A atual professora coloca que sim, que esse trabalho conjunto acontece. Já a ex-professora, fala que não, que a “escola está a parte” da comunidade.

Entende-se pela fala que “a escola está a parte” que a escola não leva em consideração as características da comunidade, que trabalha de forma aplicando apenas o currículo mínimo como em qualquer outra escola do município, fato esse que já foi colocado acima, por uma das professoras.

Isso foi confirmado quando escutamos tanto a Sra. Luciene quanto o Sr. Toninho ambos frisaram que a relação escola e comunidade não acontece como a legislação pontua. Destaco os seguintes pontos dessas falas:

Tudo que você aprende no quilombo tem que ser buscado dentro da família. Eu acho que hoje em dia o ciclo familiar do quilombo ensina mais que a escola. Eu acho que nós mães temos muito mais para oferecer para a escola, do que a escola para nós mães. (...) Eu como mãe vivi coisas lá dentro, que

eu achei que por uma escola de quilombo, eu não precisaria viver. Então eu acho que a escola é a escola. (Ativista quilombola Luciane Estevão)

A escola no quilombo eu acho que um espaço vazio que a gente tem dentro do Quilombo (...) então a professora, os professores dão aula no quilombo e não entende nada de cultura, né. Então não fala de cultura. (...) Professor não entendi nada de cultura quilombola. No Brasil tem vários quilombo com a escola já quilombola, tá. Então não foge tudo 100% do que se aprende nas outras escolas, mas ele aprende um pouquinho da cultura quilombola, a cultura negra, a cultura africana. Isso aí eu acho que é uma das coisas que a gente tem que trabalhar muito para que aconteça isso. Até porque já tá na Constituição isso aí, mas infelizmente a gente né, encontra resistência aí, né. (Líder quilombola Toninho Canecão).

Com o relato dos quilombolas vemos a convergência entre as falas, pois se a escola é considerada da prefeitura, se ela está a parte da comunidade, ela automaticamente é um espaço vazio para os quilombolas. E por esse motivo, os quilombolas aprendem muito mais em casa com suas memórias e costumes do que dentro da escola.

Ou seja, não existe uma relação entre a educação quilombola com a educação escolar quilombola do quilombo São José da Serra. São duas vertentes que estão funcionando de forma separada dentro da comunidade. A escola não tem levado em consideração a história daquela comunidade, automaticamente não observamos uma prática pedagógica que se baseie e se aproxime dos saberes da comunidade.

Outro ponto que destacamos foi a fala da professora que disse que recebem diversos livros didáticos voltados para o ensino no campo. De acordo com a legislação educacional brasileira, a educação escolar é dividida em modalidades de ensino: educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e tecnológica, educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola e educação a distância (BRASIL, 1996).

Sendo assim, a educação do campo é diferente da educação escolar quilombola. Ou seja, a educação do campo é voltada para a população rural, sendo organizada em cima de uma ação pedagógica que seja organizado em cima das necessidades e interesses desse grupo. Podendo, dessa forma, incluir adaptações no calendário escolar diante do ciclo agrícola e condições climáticas da região.

Já a educação escolar quilombola como vimos é desenvolvida em unidades escolares que ficam dentro das comunidades quilombolas, sejam elas comunidades rurais ou urbanas, e que precisam ter uma pedagogia própria de acordo com a comunidade que está inserida e que precisa ter uma formação específica de seus professores. Esses professores precisam ser

capacitados sobre o que é uma escola quilombola para que possam trabalhar conforme interesses da comunidade.

Quando a professora coloca que a escola quilombola recebe livros de ensino pautados na educação do campo, me pergunto: como fica o trabalho específico e diversificado pautado nos saberes étnico-culturais da comunidade de São José?

As Diretrizes Curriculares para Educação Escolar Quilombola, deixa claro que é preciso reconhecer e respeitar a “história dos quilombos, dos espaços e dos tempos, nos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem e se educam” (BRASIL, 2012, p. 5).

Quando a escola se coloca à parte da comunidade, não vemos esse reconhecimento e respeito acontecer, fato que foi inclusive pontuado pelo ativista Luciene “Eu como mãe vivi coisas lá dentro, que eu achei que por uma escola de quilombo, eu não precisaria viver.”

O não entendimento claro do que é uma comunidade remanescente quilombola, que vimos nas respostas da nossa primeira pergunta, onde as professoras reforçam o conceito de quilombo do período colonial, tem contribuído para o não entendimento do que é uma educação quilombola e uma educação escolar quilombola.

A prática educativa de uma escola quilombola precisa compreender que cada comunidade é única, ou seja, não existe apenas uma única forma de ensinar, como também não existe uma única comunidade quilombola, cada qual possui suas peculiaridades, e o currículo deve ser apropriado de acordo com as suas características dessa comunidade.

Além disso, essa prática precisa estar articulada a um Projeto Político Pedagógico (PPP), que valorize os costumes, as vivências e as memórias do quilombo. Sua construção inclusive, deveria ser juntamente com a participação dos quilombolas, uma vez que eles são o público-alvo desse processo.

Para implementar um Projeto Político Pedagógico, primeiramente, se faz necessária a realização de um diagnóstico, ou seja, um levantamento/pesquisa sobre as pessoas e a comunidade. E entender que para pensar em uma proposta pedagógica na comunidade, preciso compreender que essa diversidade agrega múltiplas relações como a família, a ancestralidade, a tradição oral, as relações com o território, o sagrado, entre outros.

Esse diagnóstico deve ser desenvolvido pela escola e pela comunidade, uma vez que vai auxiliar na elaboração das estratégias de ensino e na elaboração do Projeto Político Pedagógico, pois será a forma de se conhecer o contexto no qual o aluno está inserido e também uma busca de autoconhecimento do próprio aluno. Sendo que algumas atividades podem auxiliar na elaboração do diagnóstico como:

- (...) 1 - Mobilizar a comunidade para ser sujeito na construção da proposta;
- 2 - Registrar as práticas e as experiências de educação já existentes nas comunidades quilombolas;
- 3 - Realizar encontros para discutir com as secretarias municipais de educação o caminho para construção de políticas educacionais quilombolas;
- 4 - Elaborar e produzir com as comunidades material didático a partir das práticas e experiências desenvolvidas;
- 5 - Planejar a formação das/os professoras/es, incluindo professoras/es quilombolas das comunidades;
- 6 - Identificar as pessoas ou órgãos/instituições que podem contribuir com o processo de desenvolvimento da luta dos quilombolas por educação (SILVA, s/d, p.13-14).

Compreender que os quilombolas são iguais na sua condição humana e no direito a ter direito, mas são diferentes no modo de vida, na expressão da cultura e nas formas de se relacionar com o outro, é um ponto primordial dentro da prática que será desenvolvida na escola.

Assim, ao definirem a didática que irão seguir nas escolas quilombolas, os professores podem explorar espaços, sair das salas e buscar novas formas de ensinar, levando em consideração a identidade, o espaço/território, a cultura, a culinária, a agricultura, entre outros. A própria valorização da cotação de histórias, que é uma prática das comunidades quilombolas, pode ser um ponto de partida para uma educação que não priorize o individual, mas sim do coletivo.

Nunes (2006) explica que a educação e a aquisição de conhecimentos precisam ir de encontro com os interesses de forma emancipadora para estas comunidades remanescentes de quilombo, buscando a promoção da leitura de mundo, dando ênfase a sua trajetória histórica, como lembrança viva de que o tempo não esvaece a disposição para a transformação. Ser quilombola é estar sempre com as armas da perseverança, sabedoria e solidariedade coletiva.

E, para isso, o autor ainda enfatiza que pensar em um plano de ação para o trabalho nessas comunidades, é ter a noção de que esse território é um enorme campo de reflexões, não deixando de levar em consideração a realidade dessas comunidades, como as salas multisseriadas, as características rurais e o contexto quilombola.

A prática escolar não pode estar acomodada em determinada situação, pois como as formas de se ensinar se diferem, as comunidades também. É preciso uma captura de processos reais, que nem são ideais, mas que podem fomentar uma crítica a partir do vivido. Cabe ao professor um olhar que valorize esses saberes, estabelecendo sua prática no diálogo com os alunos.

Freire (1987) afirma que o diálogo com o amor tem o poder de criar o homem. O diálogo embasa a confiança entre as pessoas, tem o poder de transformar. O diálogo é fundamental no papel do educador-educando, pois a escola sozinha não pode transformar, é por meio do diálogo que a escola se torna um espaço estratégico nas lutas pelos interesses dos alunos e da comunidade.

No contexto de Educação Escolar Quilombola, o docente não pode ser apenas um mero repassador de conteúdos e técnicas, esse tipo de educação exige que o professor tenha uma atuação ativa e que se coloque como sujeito do processo ensino aprendizagem.

Por isso, ser educador em uma comunidade quilombola vai além do ensinar disciplinas, e sim, fazer parte de um processo que exige reformulação, reelaboração e planejamento não só das aulas que serão ministradas, mas também de suas concepções sobre a educação escolar e da sua própria postura em relação a sua atuação e prática pedagógica no processo educativo.

4 CONCLUSÃO

Os resultados das entrevistas efetuadas expressam alguns pontos convergentes, quando comparados, tais como as relações sociais e lideranças; os meios de produção da comunidade; as festas e danças; o acolhimento existente dentro da comunidade; o respeito aos mais velhos.

Entretanto, a maioria das respostas não se relacionam e, por vezes, sugerem inexperiência frente às principais legislações que norteiam a educação escolar quilombola. Esses fatos demonstram uma desarmonia entre a atuação profissional docente com os propósitos do ensino peculiar que precisa ocorrer em comunidades quilombolas.

Enfatiza-se, pois, a necessidade de capacitação e formação continuada que qualifique o docente a ultrapassar as barreiras do ensino dos conteúdos curriculares, e reformular e gerir seu planejamento a partir de uma nova ótica sobre a educação escolar quilombola, que reflita em uma postura de atuação docente coerente com a prática pedagógica adequada a educação escolar quilombola.

Quando pensamos no objetivo dessa pesquisa, verifica-se que, na comunidade de São José da Serra, a educação quilombola e a educação escolar quilombola não possuem uma dinâmica entre si, pelo contrário, elas estão funcionando de forma separadas. Ainda não existe na unidade escolar da comunidade uma pedagogia própria que garanta o respeito as especificidades do quilombo São José da Serra.

Ressalta-se, portanto, a crítica de que a escola não deveria estar à parte da comunidade e sim dentro da comunidade, abrangendo as particularidades dessa cultura quilombola. Desenvolvendo junto com a comunidade práticas que fortaleceriam a identidade étnica das crianças, uma vez que a afirmação da identidade contribui para que a comunidade defina o seu futuro, desenvolva os seus projetos de vida no território e fortaleça a sua cultura.

Esses fatos evidenciam a ausência de políticas públicas mais efetivas, bem como a carência de fiscalização entorno dessas realidades específicas, que deveria ocorrer por especialistas da área, e poderiam ser implementadas e organizadas pelo próprio Ministério da Educação, a fim de inspecionar se a realidade escolar das comunidades quilombolas está convergindo com uma adequada educação escolar quilombola que assegure o respeito pela cultura e saberes próprios da comunidade.

Destaca-se, no presente estudo, que diante do atual momento da pandemia provocada pelo COVID-19, a prática de campo que incluiria a inserção participativa da pesquisadora na comunidade de São José da Serra foi impossibilitada. Dessa forma, o estudo foi readequado onde se buscou um novo método de pesquisa. Entretanto, sentiu-se falta de dados que

poderiam ser enriquecedores derivados do momento de inserção participativa. Por isso, recomenda-se para estudos futuros, a ideia da inserção participativa do pesquisador dentro da comunidade quilombola para proporcionar um olhar apurado baseado na experiência real.

Anseia-se que o presente estudo sirva de subsídio para outros que o possam suceder, bem como acrescente ao acervo acadêmico brasileiro, como uma produção de embasamento científico que retrata a realidade da educação na comunidade quilombola São José da Serra e, que diante das discussões observadas, expressa a realidade da educação quilombola de distintos locais brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABA. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais**. Rio de Janeiro, 1994.

ABRAMOWICZ, Anete. OLIVEIRA, Fabiana de. **A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção**. Educação (UFSM), Santa Maria, p. 39 - 52, maio 2010.

ABRAMOWICZ, Anete. **Sociologia da Infância: traçando algumas linhas**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 371-383.

ABRAMOWICZ, Anete; MORUZZI, Andrea Braga. **Infância, raça e currículo: alguns apontamentos sobre os documentos brasileiros para educação infantil**. Revista Contemporânea de Educação. Vol. 10, nº 19. 2015.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana. **As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: Alguns aportes**. In BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012.

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe Maria. **Jongos, registros de uma historia**. In: Lara, Sílvia H. e Pacheco, Gustavo (org): Memória do Jongo, As gravações históricas de Stanley Stein, Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca/Campinas: Cecult. 2007.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe Maria. (org.). **Pelos caminhos do Jongo/Caxambu: História, Memória e Patrimônio**. Niterói: UFF. NEAMI, 2008.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe Maria. **Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação**. Martha Abreu e Hebe Mattos Universidade Federal Fluminense. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: LEITÃO (org.) Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 43-81.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: Frechal – terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ARÊDA-OSHAÍ, Cristina Ma. **O ressurgimento de antigas categorias em novos contextos – Quilombos e Quilombolas vivendo no presente**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 8, n. 18, p. 255-279, fev. 2016. ISSN 2177-2770.

ARRUTI, José M. Quilombos. In: PINHO, Osmundo (org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. Salvador: ABA/Ed. da Unicamp/EDUFBA, 2008.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **Etnografia, história e memória no Mocambo: notas sobre uma situação de perícia**. In: Ilka Boaventura, LEITE. (Org.). **Laudos periciais antropológicos em debate**. 1 ed. Florianópolis: Coedição NUER/ABA, 2005.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **Quilombos**. Colômbia: Jangwa Pana Revista de Antropologia, v. 8, p. 102-121, 2009.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**. Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BRASIL. **Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007**. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, [s.d.].

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial. **Contribuições para a Implementação da Lei 10639/2003**: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10639/2003. Brasília, 2008.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 20/2015 do INCRA**. Dispõe sobre os procedimentos para atualização cadastral no Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira", e dá outras providências de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

BRASIL. **Lei nº 9394**. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola**. Brasília: CNE, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional da Educação. **CP/CF Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **CP/DF Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB 16/2012.** Brasília: MEC/CNE, 2012.

BRASIL. Partido da Frente Liberal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.229.** Questionou a legitimidade do decreto presidencial 4.887/2003.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola.** Brasília: MS, 2004

BRASIL. **Projeto de Lei - PL 490/2007.** Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

BRASIL. **Resolução CNE/ CEB n. 08/2012.** Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

BRASIL. **Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2011.
CARNEIRO, Édison. **O Quilombo dos Palmares.** 3ª edição. Editora: Civilização Brasileira. Ano: 1966

CARVALHO, Francisca Edilza Barbosa de Andrade. **Educação escolar Quilombola na Comunidade Baixio - Barra do Bugres/MT: avanços e desafios.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2016.

CONAQ, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Nota da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas contra a Pauta Quilombola no MINC.** Brasília, DF. 2016.

CUNHA, João Alipio de Oliveira. **“Eu vim Saravá Terra que eu piso”: A Casa do Jongo e o Turismo Comunitário em Pinheiral – RJ.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2018.

DANTAS, P. S. **Construção de Identidade Negra e Estratégias de Poder: os Movimentos Negros Sergipanos na Década de 1990.** 2003. 305 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Decreto-Lei nº 1056 de 31 de dezembro de 1943.**

Estabeleceu as divisas municipais do antigo Estado do Rio de Janeiro introduziu, neste trecho do limite, a expressão Marco do Galeão em substituição ao córrego.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Lei Estadual n.º 3.972, de 22 de julho de 1959,** o município de Marquês de Valença voltou a denominar-se Valença.

FIGUEIREDO, Silvia Maria de Souza. **Educação e preservação cultural:** o papel da escola em comunidades quilombolas do Estado do Rio de Janeiro Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. UERJ, 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, L.; CARDOSO, L. **Movimento Social Negro e Movimento Quilombola:** para uma teoria da tradução. In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, XI, 2011, Salvador. Anais do XI CONLAB, 2011, p. 1-18.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** Uma breve discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03.** Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>> Acesso em: 10 Fev. 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Limites e possibilidades da implementação da Lei nº10.639 no contexto das políticas públicas em educação.** In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação as desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2009.

GROSGOUEL, R. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais:** transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, pp. 115-147, 2008.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Da antropologia e do direito: impasses da questão negra no campo.** PALMARES EM REVISTA. Nº1, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1996.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Terras de Preto:** Revisão Constitucional e Direitos. IN: Boletim da ABA (Associação Brasileira de Antropologia). No.18. Florianópolis, Setembro de 1994.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico,** 2010.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Comunidade Quilombola São José da Serra.** Coleção Terras de Quilombos. Rio de Janeiro. 2015.

INEP. **Data Escola Brasil**. 2014. Disponível em:

<<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>>. Acesso em: 27 Jan. 2020.

LEITE, Ilka Boaventura. **O Projeto Político Quilombola**: desafios, conquistas e impasses atuais. UFSC. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil**: Questões Conceituais e Normativas. In: Etnografia. v. 12, n. 2, p. 333-354, 2000.

LOPES, Elisângela Domingues Severo; PAIXÃO, Cassiane de Freitas; SANTOS, Daniela Barsotti. **“Os Cansaços e Golpes da Vida”**: Os Sentidos do Envelhecimento e Demandas em Saúde entre Idosos do Quilombo Rincão do Couro, Rio Grande do Sul. Psicologia: Ciência e Profissão. 2019.

LOUZADA, Jorlandro Augusto. **Educação quilombola e leituras curriculares em São José da Serra. Identidades e políticas possíveis**. Dissertação apresentada no curso de Mestrado Acadêmico em Educação – Processos formativos e desigualdades sociais. UERJ, 2017.

MACHADO, Nailê Silva. **O griô como ferramenta pedagógica teatral**. 2013. 32 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

MARQUES, Bárbara; LIMA, Letícia. **Quilombo São José da Serra**: valorização da cultura e memória afro-brasileira em Valença. Projeto de Extensão desenvolvido no CEFET-RJ, *campus Valença*.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995 / Nova fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. **Políticas de reparação e identidade coletiva no mundo rural**: Antônio Nascimento Fernandes e o Quilombo São José. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 37.2006.

MATTOS, Hebe Maria. **Terras de Quilombo**: campesinato, memória do cativo e identidade negra no Rio de Janeiro. In: Douglas Cole Libby; Júnia Ferreira Furtado. (Org.). Trabalho Livre Trabalho Escravo. 1 ed. Belo Horizonte: Annablume, v. 1. 2006.

MELO, Maria De Lourdes Ramos de. **Educação Escolar e Tradições no Quilombo São José da Serra-Valença/RJ**: Um Encontro de Saberes na Perspectiva da Lei 10.639/03. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. UFRRJ, 2018.

MINUSI, Sandro Gindri; MOURA, Augusto Albuquerque; JARDIM, Mateus Lovato Gomes; RAVASIO, Marcele Homrich. Considerações sobre Estado da Arte, Levantamento Bibliográfico e Pesquisa Bibliográfica: relações e limites. **Revista Gestão Universitária**. 8 ed. vol. 9, 2018.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências.** Universidade Federal de Minas Gerais. Revista Brasileira de Educação nº 50. Rio de Janeiro May/Aug. 2012.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Quilombos e Educação: identidades em disputa.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 193-207, maio/jun. 2018.

MOURA, Clóvis. **A quilombagem como Expressão de Protesto Radical.** IN: MOURA, Clóvis (org.). Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil. Maceió/AL, EDUFAL, 2001, pp. 103-115.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: MEC-SECAD, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **A importância da história da África e do negro na escola brasileira.** São Paulo, Mauá. Organizado pelo NEINB (Núcleo Interdisciplinar sobre o Negro Brasileiro). 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil.** In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África.** Revista USP, p. 56-63. São Paulo, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações.** São Paulo: Global, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Rodrigues. **O Negro no Brasil de Hoje.** (Coleção para entender). São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo.** Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

NUNES, Georgina Helena Lima. **Educação Escolar Quilombola: processos de constituição e algumas experiências.** Revista da ABPN • v. 8, n. 18 • nov. 2015 – fev. 2016, p.107-131.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **“Remanescentes de Quilombos” na Fronteira Amazônica: a Etnicidade como Instrumento de Luta pela Terra.** IN: MOURA, Clóvis (org.). Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil. Maceió/AL, EDUFAL, 2001, pp. 301-320.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos**. IN: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Quilombos – identidade étnica e territorialidade. RJ: Editora FGV, 2002, pp. 13-42.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terras de quilombo**: identidade étnica e os caminhos do Reconhecimento. São Cristóvão-SE: Editora Tomo, n. 11. jul/dez, 2007.

OLIVEIRA, B. M. **Práticas Corporais e os Fazeres Pedagógicos**: perspectivas da educação escolar quilombola. 2017. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

PACHECO, Lillian. **Pedagogia Griô**: a reinvenção da roda da vida. Lençóis: Grãos de Luz e Griô, 2006.

PELÁEZ, Daniela Velásquez. **Nomeando o inominável**: Identidade, afirmação, atribuição e acoplamento no Quilombo do Grotão. Dissertação de Mestrado em Antropologia. UFF, Niterói, 2016.

PEREZ, Carolina dos Santos Bezerra. **O ensinar e o aprender do jongo em comunidades quilombolas: a maestria dos jongueiros Cumba**. Anais da 34ª Reunião Nacional da ANPEd, 2011.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires. CLACSO, 2005.

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. **Os cadeados não se abriram de primeira**: processos de construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Andirá (Município de Barreirinha – Amazonas). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFAM, 2016.

REIS, Caroline Bárbara Ferreira Castelo Branco. **O Vale do Paraíba e o tempo presente**: a produção de história pública na formação do grande público sobre a escravidão no Brasil. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2015.

RIBEIRO, Dandara dos Santos Damas. **Comunidade quilombola Manoel Ciriaco dos Santos**: identidade e famílias negras em movimento. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. UFP, 2015.

RIOS, Ana Lugão, MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do Cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RODRIGUES, Guilherme Goretti. **A Educação Quilombola na Comunidade Colônia do Paiol - Bias Fortes (MG)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. UFJF, 2017.

SALOMÃO, Fausy Vieira. CASTRO, Cristina Veloso de. **A Identidade Quilombola**: Territorialidade Étnica e Proteção Jurídica. Caderno do Programa de Pós-Graduação em Direito. UFRGS, Porto Alegre, 2018, p. 236 – 255.

SANTOS, Teresa Cristina Salles. **Educação Quilombola e Contemporaneidade**: um estudo em diálogo com a Escola Municipal do Quilombo do Campinho. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Vanessa Flores dos. **“Viver sempre junto”**: uma abordagem etnográfica das escolhas e protagonismos políticos quilombolas no sul do Brasil. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFRGS, Porto Alegre, 2016.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A Atualização do Conceito de Quilombo**: identidade e território nas definições teóricas. Ambiente & Sociedade - Ano V - No 10 – 1º Semestre de 2002.

SILVA, Delma. **Educação Quilombola**: Um direito a ser efetivado (Cartilha) - Centro de Cultura Luiz Freire - Aldenice Teixeira / Instituto Sumaúma – Maria das Dores Barros Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/144327981/Cartilha-Educacao-Quilombola>>. Acesso em: 28 Jun. 2021.

SILVA, Francisca Jocineide da Costa; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **O estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução**. 18º REDOR: 24 a 27 de novembro de 2014. Universidade Federal de Pernambuco. p. 346-362, 2014.

SILVA, Taís de Medeiros. **Trajetórias de Desterritorializações e Reterritorializações** – Estudo de caso: comunidade quilombola da Família Fidélis - Porto Alegre/RS. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131886>> Acesso em: 28 Jun. 2021.

SOUZA, Shirley Pimentel de. **Educação escolar quilombola**: as pedagogias quilombolas na construção curricular. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação UFB, 2015.

SOUZA, Shirley Pimentel de. **Educação Quilombola**: Os Saberes e Fazeres da Experiência Sociocultural e o Currículo Escolar. Revista Humanidades e Inovação v.4, n. 4, 2017.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de para dissertação de mestrado referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) **Apontamentos sobre a Educação Quilombola no Quilombo São José da Serra em Valença – RJ** desenvolvida(o) por **Eunice Aparecida Sampaio de Oliveira**. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / orientada] pelo prof. Dr. **Julvan Moreira de Oliveira**. A área de concentração da pesquisa é “Discurso, Práticas, Ideias e Subjetividades em Processos Educativos”.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é **compreender a relação existente entre a Educação Quilombola e a Educação Escolar Quilombola no Quilombo São José da Serra em Valença/RJ**.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por mim prestadas. A minha participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista/questionário à pesquisadora do projeto. A entrevista será gravada para fins de documentação comprobatória, em nenhum momento ocorrerá sua divulgação.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____